

A CONJUNTURA NOS ANOS 80

1ª PARTE

Volume VIII - Número 1 - Janeiro/Junho 1980

PANORAMA GERAL

A avaliação dos resultados alcançados pela economia brasileira no primeiro semestre de 1980 revela um desempenho insatisfatório, principalmente quando se atenta para a evolução das taxas de inflação e do endividamento externo, que já vinham crescendo de modo substancial nos últimos anos e sofreram um recrudescimento ainda maior nos primeiros meses deste ano.

As estimativas oficiais eram de que, ao final de 1980, a inflação situar-se-ia em torno de 45 a 50% e de que a balança comercial estaria equilibrada. No entanto, em fins de junho, a taxa de inflação nos últimos 12 meses já se aproximava de 100% e a conta de comércio fechava com um déficit superior a 2 bilhões de dólares, afetando, definitivamente, a possibilidade de se atingirem os objetivos propostos. Também a meta de expansão de crédito, fixada em 45% pelas autoridades monetárias, parece difícil de ser mantida, pois em seis meses se observou uma expansão de aproximadamente 80% dos 45% estabelecidos. Além disso, previa-se também uma supersafra agrícola, a qual não ocorreu nas proporções esperadas, muito embora se tenha constituído na maior safra de grãos dos últimos anos.

Em relação ao crescimento do produto industrial, pode-se afirmar que o mesmo apresentou taxas de variação menores do que as observadas em períodos anteriores, principalmente no que se refere ao setor de bens de capital, esse último refletindo a redução do investimento produtivo na economia como um todo. Outro fator que merece destaque se refere à redução do crescimento da oferta de emprego industrial, podendo o mesmo também ser considerado como indicio de desaquecimento no setor.

O quadro exposto pode ser utilizado como um indicador

da crise econômica que vem afetando o País, da qual a inflação e a dívida externa são reflexos. Isso se explica, principalmente, porque o processo de superacumulação de capital, verificado no período de 1968 a 1973, gerou uma capacidade produtiva superior ao poder de absorção do mercado consumidor, criando-se, assim, uma elevada margem de capacidade ociosa.

POLÍTICA ECONÔMICA

Com o índice de 5,86% em junho de 1980, a taxa anual de inflação acumulada nos últimos doze meses chegou a 99,15%, nível mais alto já alcançado pela economia brasileira, batendo o recorde de 94,2% constatado em julho de 1964. Considerando, ainda, que a taxa acumulada no primeiro semestre de 1980 foi de 40,46%, fica definitivamente superada a meta oficial, fixada no início do ano, de uma inflação em torno dos 50%.

Na realidade, existe uma estreita relação entre as fases descendentes do ciclo econômico e as taxas elevadas de inflação, porque essas se constituem num sintoma das crises de conjuntura que têm acometido o País. Outra não tem sido a realidade nacional a partir de 1974, quando as taxas de elevação geral do nível dos preços mais que dobraram em relação a 1973. Dessa forma, em se tratando de estudar a inflação brasileira, é necessário identificar os mecanismos pelos quais a crise, a nível da produção, influencia a evolução dos preços. Tais mecanismos podem emergir tanto da racionalidade econômica dos agentes privados frente a uma situação crítica, quanto da ação do Estado que busca administrar a crise. Além disso, nos anos recentes, fatos relacionados aos desequilíbrios do balanço de pagamentos também geraram impulsos inflacionários.

A esses fatos somou-se o crescimento desmesurado da dívida interna que tentava conter a liquidez do sistema que se elevava a cada momento, com a conversão dos empréstimos externos em cruzeiros. Isso fazia com que a correção monetária e os juros pagos pela dívida pública emergissem em tal volume, nos últimos anos, que o Governo se viu for-

çado a aumentar seus débitos para honrar aqueles compromissos. A política econômica fez das elevadas taxas de juros seu primordial instrumento contencionista. Colocadas num patamar superior ao do mercado internacional, as mesmas ainda deveriam cumprir a função de incentivar a contratação dos empréstimos externos necessários para fazer frente aos desequilíbrios do balanço de pagamentos.

Como já se teve ocasião de examinar, a crise a nível do setor produtivo, evidenciada pela existência de capacidade ociosa não planejada em vários dos seus segmentos, é fruto de um excesso de expansão da capacidade produtiva frente à demanda. Esse fato, deprimindo a taxa de lucro esperada dos novos investimentos, rebaixa os volumes das inversões, instalando a fase descendente do ciclo econômico, a despeito dos gastos estatais. Dessa forma, na ausência das alterações substanciais e profundas a nível do setor produtivo privado, não tem consistência lógica supor que a crise possa ser superada pela insistência em gastos públicos elevados.

Além disso, mesmo desconsiderando as dificuldades de financiar os déficits em conta corrente, originadas nas eventuais restrições por parte dos bancos internacionais, deve-se ter em mente que promover o crescimento do PIB, via endividamento, significa, apenas, jogar a solução de um problema gravíssimo para o futuro, com a desvantagem de que, então, ele estará exacerbado, sendo socialmente muito mais penoso e difícil superá-lo. Dessa forma, é necessário que as exportações brasileiras passem a corresponder ao crescimento das importações ou suplantá-lo. À medida que isso se tornar possível, parte dos problemas que se verificam nessa área estarão sendo solucionados. A meta governamental de elevar as exportações a 40 bilhões de dólares, em 1984, mostra que o Governo busca soluções por essa via.

Assim, o processo de elevação do nível geral de preços no Brasil encontra sua explicação maior na própria crise de conjuntura da economia nacional. A esse respeito é neces-

sário dizer que o Estado, ao elevar o gasto público, impediu uma drástica queda das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, protelou e alongou a referida crise, sancionando o processo inflacionário.

AGRICULTURA

Em 1979, o Governo passou a defender a importância de recuperar a produção agropecuária como pré-condição básica ao realinhamento estrutural da economia brasileira. Em decorrência desse fato, o setor agrícola passou a ser considerado como prioritário, constituindo-se na alternativa encontrada para solucionar os três problemas mais angustiantes que o País enfrenta no momento, quais sejam a inflação, o déficit do balanço de pagamentos e a crise energética. Prestigiada por essa tese, a agricultura recebeu amplo crédito para o custeio da safra de grãos e preços mínimos compensadores, ainda que não se pudesse afirmar o mesmo em relação aos projetos pecuários e aos de investimentos rurais.

O balanço das culturas de verão, da safra 1979/80, indica que, à exceção do feijão e parcialmente do milho, houve *um acréscimo significativo de produção*. Tal "performance", contudo, não reflete apenas o sucesso da política de incentivo ao setor, adotada a partir de 1979, uma vez que os expressivos ganhos de produtividade foram constatados em função da ocorrência de condições climáticas favoráveis.

Essa maior oferta de produtos agrícolas produzirá, certamente, efeitos positivos, reduzindo pressões no abastecimento interno e gerando maiores excedentes exportáveis. No entanto os seus efeitos para a solução dos problemas que o País enfrenta ainda são muito reduzidos. A balança comercial brasileira continua apresentando um déficit expressivo no primeiro semestre, que talvez possa ser minorado na segunda metade deste ano, quando se espera uma concentração na exportação de produtos primários. Por sua vez, as taxas acumuladas de crescimento da inflação atingiram patamares superiores aos de 1964, contestando a previsão oficial de taxas em torno de 50% em 1980. É bem ver-

dade, entretanto, que seria uma posição simplista aceitar o fato de que a ocorrência de apenas uma boa safra seria suficiente para garantir a queda das taxas de inflação em 1980. As causas do recrudescimento do processo inflacionário são bem mais abrangentes, cabendo à agricultura atuar no sentido de amenizar apenas uma parte.

Dentro da prioridade concedida ao setor agrícola, é de grande importância o papel desempenhado pelo Rio Grande do Sul, tendo em vista o peso de exploração primária nele desenvolvido. O balanço das principais culturas de verão da safra 1979/80 indica uma produção de 11,5 milhões de toneladas de grãos, enquanto que a produção nacional está avaliada em cerca de 52 milhões de toneladas. Uma análise mais detida dos resultados do ano-safra 1979/80 mostra que o substancial acréscimo de produção experimentado é mais consequência de condições climáticas favoráveis do que uma resposta fortemente positiva do produtor rural aos incentivos governamentais, sendo vários os elementos indicativos. O expressivo aumento da produtividade não representa reais ganhos com relação a níveis anteriormente alcançados, constituindo-se, apenas, na recuperação de índices já atingidos.

INDÚSTRIA

Já no início de 1979, a indústria começou a apresentar inequívocos sinais de desaceleração do crescimento de sua produção e de sua oferta de emprego, observando-se, ainda, significativa redução do investimento produtivo e elevação da capacidade ociosa do setor de bens de capital, principalmente entre os segmentos que produzem equipamentos sob encomenda. Esse processo pode ser referente ao setor de bens de capital, onde é possível se observar a queda dos investimentos, a partir de 1978, e o reduzido crescimento do pessoal empregado no ano de 1979. Esses dados refletem, por um lado, a redução das encomendas por parte do setor privado produtor de bens duráveis de consumo iniciada em 1973. Além disso, embora o investimento público possa gerar uma demanda efetiva adicional, em virtude da

descontinuidade e do porte dos gastos realizados, a criação de nova capacidade produtiva teve, em passado recente, um efeito fortemente desestabilizador. Em outras palavras, seria necessário que o investimento produtivo do Governo se ampliasse, continuamente, para que o setor de bens de capital mantivesse suas taxas de investimento e produção correntes.

A estimativa oficial é de um crescimento do Produto Interno Bruto entre 6% e 6,5% este ano, taxa que garantiria um limite mínimo para a manutenção do atual nível do emprego, que se deveria fundamentar no ascenso do produto agrícola de 10 a 12%, cabendo à indústria uma taxa da ordem de 5%, o que já demonstra que, mesmo por parte das autoridades governamentais, há expectativa de uma certa desaceleração.

Partindo-se dos índices acumulados, com base em igual período do ano anterior, observa-se que, no mês de janeiro de 1980, a Indústria de Transformação brasileira alcançou uma taxa de 6,9%, chegando no período de janeiro a maio com um crescimento de 5,86%, sendo que esse mesmo indicador, nos primeiros cinco meses de 1979, foi da ordem de 10,19%.

Partindo-se da divisão em categorias de uso, observa-se que tanto as indicações referentes aos primeiros cinco meses do ano, como ao período compreendido entre maio de 1979 e maio de 1980, ambas em relação a igual período do ano anterior, revelam desaceleração das taxas de crescimento de todos os setores. É possível verificar-se, também, que o setor de bens intermediários foi o que mais cresceu nos cinco primeiros meses do corrente ano, seguido, respectivamente, pelas indústrias de bens de consumo duráveis, bens de consumo não duráveis e, finalmente, bens de capital.

No entanto a indústria de bens intermediários, que vinha obtendo expansão de sua produção, apesar da crise dos demais setores, parece ter sentido os efeitos do desaquecimento, bem como do encarecimento dos insumos importa-

dos e do rígido controle de preços que vem sofrendo. Tal situação deverá agravar-se nos próximos meses, em face da determinação oficial de cortes de 15% nos investimentos e de 30% nas importações das empresas estatais. A provável repercussão de tal medida será uma maior desaceleração do setor de bens intermediários, já que o seu crescimento, desde 1973, vinha sendo sustentado, basicamente, por elevados investimentos estatais que se destinavam a reduzir a dependência externa no abastecimento de insumos básicos e a manter a demanda por bens de capital. Além disso, cabe destacar que a indústria metalúrgica, um dos segmentos mais significativos do setor bens de consumo intermediários, ainda apresenta taxas de crescimento bastante elevadas.

A indústria gaúcha, além da função de transformadora de matérias-primas de origem agropecuária, tem apresentado, nos últimos anos, uma tendência no sentido de especializar-se na produção de insumos destinados a suprir a demanda dos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, situados, principalmente, no eixo Rio-São Paulo. Inclusive, já é possível se constatar que a maioria das indústrias que pertencem ao grupo dinâmico do Estado produzem, predominantemente, bens intermediários.

É importante observar, também, que o Rio Grande do Sul, com cerca de 70% de seus estabelecimentos industriais classificados como pequenos ou médios, se mostra ainda mais vulnerável aos problemas que a economia nacional vem enfrentando. Dentre os diversos problemas enfrentados no período enfocado, a limitação da expansão do crédito em 45% e as dificuldades em conseguir recursos do exterior repercutiram a nível estadual, no sentido de acirrar a escassez de capital de giro e a já observada redução dos investimentos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A Indústria da Construção Civil teve, nesse primeiro semestre de 1980, seu desempenho até certo ponto favorecido pela conjuntura adversa por que passa o País. A baixa taxa de retorno prevista para os investimentos e a falta de alter-

nativas de aplicações financeiras, capazes ao menos de superar a desvalorização da moeda, levaram ao mercado imobiliário uma demanda adicional, em condições de elevar os preços dos imóveis acima dos índices inflacionários, em vista da diminuição significativa dos estoques. Nessa medida, veio a beneficiar-se a indústria da construção, que encontrou um campo mais amplo de trabalho do que nos dois anos anteriores.

Para o segundo semestre, deverá manter-se o quadro atual, sem, contudo, ocorrer um "boom" no setor, mesmo porque o crescimento extraordinário nos preços não pode perdurar muito, sob pena dos imóveis, por um lado, ficarem com preços proibitivos para certas camadas crescentes da população e, por outro, perderem sua competitividade diante de outras formas de aplicação de recursos.

A Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul vem apresentando, desde o final de 1979, sinais de revitalização. Também a nível nacional, os imóveis aparecem como oportunidades de aplicação e, com a atuação do BNH, ficam um pouco menos proibitivos para os assalariados. Nessa medida, amplia-se o campo de trabalho para a construção. O que parece acontecer, entretanto, no Rio Grande do Sul é que a passagem de uma situação de baixa não implicou, necessariamente, outra de alto crescimento, ou seja, o mercado gaúcho estabiliza-se para, talvez num segundo momento, alcançar taxas mais altas de crescimento. Essa constatação, inclusive, é coerente com a estrutura da Indústria da Construção Civil gaúcha, composta em sua maioria de pequenas empresas. Essa são as que mais se ressentem em épocas de crise e, por isso mesmo, são as que mais a retomar os altos níveis de crescimento.

COMÉRCIO EXTERNO

Segundo informações do Banco Central, a dívida externa brasileira atingiu, a 30 de junho passado, a cifra de 52,53 bilhões de dólares contra os US\$ 49,9 bilhões de dezembro último, apresentando, portanto, um crescimento da ordem de 5,27% nos primeiros seis meses do ano. Enquanto isso,

o item serviço da dívida estimado para 1980 é de 12,5 bilhões de dólares, sendo 6,8 bilhões em amortizações e 5,7 bilhões em juros. No primeiro semestre foram captados recursos externos da ordem de 5,4 bilhões de dólares. Além disso, entraram 727 milhões de dólares como investimento direto, o que representa um acréscimo de 29 milhões, ou 0,4% a mais, em termos nominais, do que os 698 milhões de dólares captados no primeiro semestre de 1979. Desse modo, pode-se concluir que o País terá de captar no exterior, no próximo semestre, a quantia de, aproximadamente, 7,1 bilhões de dólares, ou seja, uma média mensal de 1,18 bilhão.

O que se tem observado nos últimos meses é que, muito embora as taxas internacionais de juros tenham realmente caído, o "spread" cobrado para o Brasil tem-se elevado. De acordo com explicações de alguns observadores, essa elevação está diretamente relacionada com o agravamento dos indicadores da economia brasileira. "Entre os fatores negativos no Brasil ele aponta as últimas previsões de aumento do déficit comercial, da inflação e diminuição das reservas externas."

Outro fator a ser considerado como determinante na alteração do "spread" cobrado ao Brasil parece ser o próprio volume da dívida e a necessidade que o País tem de captar divisas consideráveis para cobrir o serviço dessa dívida. Daí, já se falar na possibilidade de o Brasil recorrer ao Fundo Monetário Internacional-FMI para contornar os seus problemas de balanço de pagamentos, o que daria, evidentemente, vantagens para o País, já que o custo do dinheiro em relação ao mercado internacional é bem menor.

No entanto o custo político-social de se recorrer a essa instituição seria muito maior que os benefícios daí auferidos, visto que isso implicaria, necessariamente, a adoção de uma política de arrocho econômico bem mais severa do que a utilizada atualmente pelas autoridades, já que o País teria de se submeter às normas rígidas que o FMI exigiria para uma recuperação do balanço de pagamentos. Entre as exi-

gências do FMI, certamente estariam: uma maior contenção nos gastos com as importações, uma paralisação no fluxo de recursos provenientes de empréstimos e investimentos externos, bem como uma contração do crédito interno, corte de subsídios e de todos os fatores que possam contribuir para a expansão da base monetária. Logicamente, uma das conseqüências desse conjunto de medidas seria o aumento da taxa de desemprego no País.

Volume VIII - Número 2 - Julho/Dezembro 1980

PANORAMA GERAL

O período de julho a dezembro de 1980 caracterizou-se, principalmente, pela mudança na orientação da política monetária, com a liberação das taxas de juros e a eliminação da pré-fixação das correções monetária e cambial que, a partir de 1981, passarão a ser determinadas pelo INPC. O objetivo dessas medidas, de acordo com as autoridades, seria promover um desaquecimento na demanda, com o intuito de superar-se a crise que ora enfrenta a economia nacional. No entanto o atual estágio de crise por que passa a economia brasileira encontra suas raízes na sobreacumulação de capital ocorrida no período de 1968 a 1973. Tal fato levou a que se deprimisse a rentabilidade esperada dos novos investimentos, vindo a indústria a enfrentar uma incompatibilidade entre as taxas de acumulação de capital e o crescimento da demanda efetiva. Tal momento de crise trouxe consigo um acirramento do processo inflacionário, que tem sido uma constante preocupação das autoridades monetárias. O raciocínio que fundamenta todas as medidas governamentais se apoia basicamente no diagnóstico da inflação como um excesso de moeda em circulação em relação à disponibilidade de bens e serviços oferecidos pela economia.

Outro problema que vem afetando de modo substancial a economia brasileira diz respeito ao elevado endividamento externo do País, cujas causas estão diretamente relacionadas com o modelo de crescimento implantado no Brasil nas

últimas décadas, que exige um fluxo contínuo de capital externo para que o ritmo de crescimento seja mantido.

POLÍTICA ECONÔMICA

A insistência do Governo em fazer uso de instrumentos de cunho monetário para conter a inflação, cujos efeitos normalmente são no sentido de deprimir a atividade econômica, entra em contradição com o propósito de afastar a recessão, realimentando negativamente a componente expectativa, não só dos empresários como da sociedade em geral. Mais especificamente, no segundo semestre de 1980, a indisciplina do gasto público - uma causa clássica da inflação segundo a teoria monetária - encontrou respaldo na decisão do Governo em promover, em junho, um corte de 15% no total dos investimentos das empresas estatais, previsto no início do ano. Considerando também a obrigatoriedade de aplicar em títulos da dívida pública federal, pelo prazo mínimo de seis meses, qualquer excesso sobre esse limite (mesmo originário de outras fontes de recursos), fica fácil perceber o impacto negativo dessa decisão sobre a indústria de bens de capital, onde o governo responde pela maior parte das encomendas do setor. Além disso, ao restringir a expansão do crédito ao limite de 45% até dezembro, as autoridades econômicas penalizaram a maior parte das empresas brasileiras que costumam trabalhar com altas taxas de endividamento devido à escassez de capital de giro.

O raciocínio que fundamenta todas essas medidas se apoia, basicamente, no comportamento da demanda. A partir do diagnóstico da inflação como um excesso de moeda em circulação em relação à disponibilidade de bens e serviços oferecidos pela economia, supõe-se que a restrição monetária force os empresários a utilizarem uma soma maior de recursos próprios e provoque um arrefecimento da procura, o que deverá se traduzir numa queda da inflação.

No fundo, o que caracteriza o debate em torno da inflação este ano é o fato de ele ter-se desviado da clássica discussão entre monetaristas versus estruturalistas e se con-

centrado mais na provável relação existente com o crescimento econômico. Tal postura é lastreada pela experiência em passado recente, a qual demonstrou que, geralmente, altas taxas de crescimento costumam estar associadas com baixas taxas de inflação. Mais exatamente: entre 1968 e 1973, em média, a evolução do PIB superou a casa dos 10%, enquanto a inflação se fixou num patamar de 20%. De 1974 a 1979, quando a taxa média de crescimento do PIB se estabiliza em torno de 7%, a inflação cresce sucessivamente até alcançar o teto de 77,2% em fins de 1979.

Ora, isso reforçou a crença de que existe uma relação negativa entre crescimento e inflação no Brasil, ou seja, a expansão da produção atua como freio ao processo de crescimento dos preços. Essa parece ter sido a tese espousada pelo Governo, que optou por uma política monetária gradualista na intenção de evitar o desemprego.

O caráter perverso da inflação não é a magnitude de suas taxas de crescimento, como se costuma pensar, apesar de que uma inflação anual na casa dos três dígitos representa um desequilíbrio muito mais instável do sistema econômico. A perversidade reside em apressar as transferências de renda entre os diversos grupos econômicos, considerando que a inflação reflete, em última análise, a tentativa dos diferentes agentes econômicos para manter ou ampliar a sua participação na renda.

Em resumo, o grande número de fatores determinantes da inflação somado a uma política monetária tipicamente pendular, alternando movimentos de avanços e recuos no controle da expansão da moeda, conduziram as taxas de inflação este ano a um verdadeiro recorde na história do Brasil (110%).

AGRICULTURA

A prioridade agrícola surgiu em 1979, para solucionar os problemas de energia, balanço de pagamentos e inflação. Passados dois anos, a persistente elevação nos preços do petróleo, a crescente dívida externa e o recrudescimento do processo inflacionário direcionaram a política econômica

brasileira no sentido da sustentação dessa prioridade. Essa alternativa foi visualizada como um meio capaz de viabilizar um aumento na oferta de produtos agrícolas, tanto com vista ao atendimento aos mercados interno e externo, quanto a sua transformação em energia combustível para a substituição ao petróleo.

Após dois anos em que os estímulos governamentais se voltaram essencialmente à agricultura, os problemas que o País enfrentava se agravaram. Com isso, torna-se claro que não é apenas por meio da prioridade agrícola, caracterizada por medidas mais de curto prazo, que poderão ser superados os obstáculos enfrentados tanto pela agricultura como pela economia brasileira como um todo. A solução parece estar na efetiva execução e sustentação de uma política muito mais voltada para médio e longo prazos. E é isso que parece ser difícil de ocorrer na economia brasileira, pois desde a fase de substituição de importações, nos anos 30, a indústria passou a constituir-se no setor dinâmico e, por isso mesmo, hegemônico da economia brasileira, relegando à agricultura um papel periférico de mero fornecedor de insumos.

Foram exportados em 1980 10,5 bilhões de dólares em produtos agrícolas, tendo o País superado, só no primeiro semestre, 26,7% do valor dessas exportações realizadas no mesmo período do ano anterior. Foi produzida uma safra recorde, estimada em torno de 52 milhões de toneladas de grãos que ainda é pouca, considerando-se que a necessidade de alimento para a população é maior que a produção interna, o que ficou evidenciado pela importação de produtos tipicamente domésticos, como o arroz, o feijão e o milho. O Brasil importou, em 1980, um bilhão de dólares em alimentos, contra 1,8 bilhões de dólares em 1979, quantidade sensivelmente menor, considerando a necessidade de divisas. Surgiram também, em certos setores industriais, reflexos positivos da prioridade agrícola, como uma maior taxa de crescimento nas indústrias de alimentos e fertilizantes.

Segundo a opinião de alguns críticos da política econô-

mica do Governo, foi a prioridade agrícola que acabou-se transformando num dos principais focos da inflação de três dígitos, uma vez que o efeito da expansão monetária, associado à expansão dos empréstimos, foi maior que o efeito da produção ampliada, acelerando o processo inflacionário.

INDÚSTRIA

No início de 1979, a indústria começou a apresentar inequívocos sinais de desaquecimento na expansão de sua produção e de sua oferta de emprego, desacelerando-se ainda mais o investimento produtivo e aumentando a capacidade ociosa do setor de bens de capital. Além disso, apesar de o controle da inflação e da dívida externa terem sido os principais objetivos da política econômica, essas aumentaram significativamente.

Em vista disso, no início do ano passado, intensificou-se o uso da chamada estratégia "gradualista", segundo a qual a redução da inflação deveria conviver com um ritmo de crescimento suficiente para manter um nível de emprego compatível com o incremento vegetativo da população. A nível mais geral, o acirramento da inflação e o encarecimento do crédito ao consumidor deverão desaquecer a demanda por bens de consumo duráveis. Por outro lado, deverá ocorrer um estreitamento do mercado consumidor, uma vez que a elevação dos custos financeiros e a dificuldade de crédito deverão levar as pequenas e médias empresas a reduzirem ainda mais o número de empregados e as grandes a manterem desacelerado o investimento produtivo, em função das boas perspectivas do mercado financeiro.

Os níveis de produção industrial atingidos entre os meses de julho a agosto, surpreendentemente, superam as expectativas, até mesmo as oficiais. A convicção governamental de que a política econômica então adotada não tinha um caráter restritivo levou a uma previsão de crescimento industrial superior a 6%, índice suficiente para, pelo menos, manter o nível de emprego da época.

É possível verificar-se que o melhor desempenho coube ao setor bens duráveis de consumo, seguido por bens de

consumo intermediários. Tais dados comprovam, de um modo geral, as observações feitas no início do trabalho, onde se colocou que a poupança das famílias foi desviada para o consumo de bens duráveis, e a das indústrias para a formação de estoques de bens de consumo intermediários.

Segundo o IBGE, a participação dos diferentes setores na formação da taxa de crescimento alcançada pela Indústria de Transformação, nos últimos meses até setembro de 1980, foi a seguinte: bens de capital, 0,56; bens intermediários, 4,24; bens de consumo duráveis, 0,93; bens de consumo não duráveis, 1,61, e total, 7,34%.

Além desses produtos, cabe destacar os altos índices alcançados pela indústria metalúrgica, papel e papelão, borracha e alguns ramos da indústria química. No caso de bens duráveis de consumo, embora sua produção venha-se desacelerando desde o segundo semestre de 1979, foi um dos setores que se beneficiou com o inesperado aquecimento do mercado, devido ao direcionamento da poupança individual para o consumo, com resultados positivos sobre a produção, principalmente a partir de setembro. Tal comportamento do mercado atingiu principalmente a indústria de eletrodomésticos. Mesmo assim, essa demanda já mostra sinais de enfraquecimento.

No caso da produção de automóveis, principalmente componente da indústria de material de transporte, a produção foi fortemente afetada pelo desaquecimento do mercado, em face, principalmente, do rígido controle do crédito.

Afora isso, a indústria de bens de capital, além de sofrer a redução das encomendas do setor privado, enfrenta, agora, a redução maciça por parte do setor público, que de 1974 a 1979 praticamente sustentou sua demanda, além de ter criado mecanismos para beneficiar a expansão do setor. No que se refere à indústria de bens de consumo não duráveis, é interessante colocar que essa apresentou tendência à desaceleração antes mesmo que as demais. Tal comportamento deve-se ao fato de que sua produção se baseia num mercado cujo crescimento depende do ritmo de empre-

go e da elevação da taxa de salários que, por sua vez, só apresentam dinamismos acentuado na fase ascendente do ciclo. Além disso, os efeitos de encadeamento interindustrial dos bens não duráveis de consumo sobre a produção de bens de capital são particularmente baixos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A partir do final de 1979, cresce bastante a procura por imóveis, que passam a se constituir numa perspectiva de reserva de valor frente à inflação, com possibilidades de um ganho real, o que representa um considerável impulso expansionista para a Indústria da Construção Civil. Essa situação permanece por todo o primeiro semestre de 1980 e boa parte da segunda metade do ano, quando novamente existe uma reformulação na política econômica, vindo alterar o quadro apresentado até então.

Já no primeiro semestre de 1980, começava a haver um considerável crescimento na Indústria da Construção Civil nos principais centros do País. Durante o segundo semestre de 1980, o preço médio dos imóveis cresceu a taxas bastante significativas, superando, em boa margem, os índices inflacionários. Assim, o segundo semestre de 1980, que poderia ser um período de grande ativação para a Indústria da Construção Civil, deparou-se com falta de recursos para tanto. Já prevendo, inclusive, a inviabilidade das metas traçadas para 1981, o BNH vem negociando, junto ao Banco Mundial, a concessão de empréstimos, não somente para obras de saneamento básico, mas também para habitação à população de baixa renda.

Beneficiado por uma demanda reprimida por imóveis, pela baixa rentabilidade oferecida pelo setor financeiro e pela grande defasagem entre os índices de inflação e de correção monetária, o mercado imobiliário encontrou, no entanto, problemas de natureza diversa a obstaculizar parcialmente a passagem desses benefícios para a indústria da construção. Isso porque as empresas dependem fundamentalmente de recursos de terceiros, uma vez que as mesmas trabalham com pouquíssimo capital próprio.

Dessa forma, o setor imobiliário esteve, no período em questão, com limites bastante estreitos, já que o mercado potencial é grande, mas o mercado formado por aqueles que podem comprar imóveis aos preços vigentes é reduzido.

COMÉRCIO INTERNO

O crescimento real do comércio tem sido, desde 1974, apenas ligeiramente inferior à expansão do Produto Interno Bruto (PIB), e a sua participação relativa na renda interna continua significativa. Em 1979, por exemplo, o crescimento do comércio foi de 6,3%, enquanto que o produto real aumentou 6,4%. Por sua vez, a participação desse setor na formação da renda interna nacional situou-se em torno de 15%.

O desempenho do comércio, no segundo semestre de 1980, superou as previsões efetuadas ao final de junho. A demanda manteve-se aquecida durante todo o período, e os resultados alcançados nas vendas foram satisfatórios de uma maneira geral. A previsão para 1980 era de um crescimento real de 5% para o comércio. As razões do aquecimento da demanda concentram-se na expectativa inflacionária, no desestímulo à poupança e na política salarial de reajustes semestrais.

A persistência de altas taxas inflacionárias, conduzindo à deterioração do poder de compra do dinheiro, levou os consumidores a aumentarem seu nível de consumo, numa tentativa de adquirir o máximo possível com o dinheiro disponível. A consequência desse movimento foi uma antecipação do consumo acompanhada de uma especulação com bens duráveis, matérias-primas e alimentos estocáveis.

O desempenho do comércio varejista em Porto Alegre, no segundo semestre de 1980, foi satisfatório, confirmando uma melhor "performance" nas vendas acumuladas dos dez primeiros meses do ano (13,51%) em comparação com o período em análise. Foi o desempenho superior dos bens de consumo duráveis (ramo duro) que pressionou e determinou a magnitude da taxa de crescimento do comércio lojista como um todo. Para 1981, contudo, espera-se um de-

sempenho menos favorável do setor comercial. Os reajustes dos aluguéis e das prestações do BNH, a elevação dos juros, a concorrência das cademetas de poupança e a manutenção do aperto creditício deverão reduzir substancialmente o poder de compra da população.

COMÉRCIO EXTERNO

No início de dezembro de 1979, foi feita uma desvalorização cambial de 30% com o objetivo de ser estabelecida a paridade entre o cruzeiro e o dólar, tendo-se em vista a supervalorização em que se encontrava a moeda brasileira. Os efeitos mais imediatos dessa medida foram um estímulo às exportações e um desestímulo às importações e à tomada de recursos no exterior. Todavia ocorre que, paralelamente a essa maxidesvalorização, foram eliminados os subsídios diretos às exportações de manufaturados, bem como o depósito prévio sobre importações, além de terem sido criados impostos sobre as exportações de produtos primários. Tais medidas, obviamente, vieram neutralizar parte dos efeitos gerados por essa desvalorização abrupta. Posteriormente, já no ano de 1980, optou-se pela eliminação do padrão tradicional de desvalorização "a posteriori", com o objetivo de recuperar a taxa de paridade deteriorada pela inflação interna excessiva. Nesse momento, teve início o processo de pré-fixação da correção cambial, onde o Governo determinava qual seria a taxa de desvalorização para o próximo período. De outra maneira, isso pode ser considerado como uma desvalorização "a priori", onde o nível de evolução da taxa cambial já se tornava previamente conhecido. Primeiramente, o nível pré-fixado para 1980 foi de 40%. Posteriormente, em função das elevadas taxas inflacionárias que assolaram o País neste ano, a correção cambial foi estendida para um teto de 50% para o período de julho de 1980 a junho de 1981.

O déficit da balança comercial brasileira, no período de janeiro a outubro de 1980, atingiu a cifra de US\$ 3,197 bilhões contra US\$ 1,98 bilhão no mesmo período do ano anterior. Nos planos oficiais, a balança comercial deveria re-

gistrar superávit ao longo do segundo semestre. No entanto, principalmente devido a um novo aumento no preço do petróleo bem como à continuada queda nos preços do café e do cacau, não somente esse superávit não foi alcançado como o semestre fechou com a conta de comércio em vermelho. Desse modo, a já combatida balança comercial brasileira deverá continuar enfrentando sérios problemas em 1981, a despeito do otimismo das autoridades ligadas a essa área quanto a um possível equilíbrio entre as importações, cujo montante, de acordo com as expectativas, deverá situar-se em torno de US\$ 26 bilhões. Enquanto isso, as exportações brasileiras ao final de dezembro alcançaram a cifra de US\$ 20.132,4 milhões, apresentando um crescimento de 32,07% em relação ao ano anterior (15.244 milhões).

O desempenho das exportações gaúchas no segundo semestre de 1980 pode ser considerado razoável e que as previsões para 1981 são de um bom desempenho para a soja e seus derivados, carnes e lã, sendo que, para o calçado, as perspectivas não se mostram tão otimistas devido à crise internacional, embora tenha havido mudanças favoráveis na política de incentivos a sua exportação. Por outro lado, tanto o couro como o fumo, ao que tudo indica, deverão continuar a enfrentar dificuldades junto ao mercado externo.

Volume IX - Número 1 - Janeiro/Junho 1981

POLÍTICA ECONÔMICA

A persistência das altas taxas inflacionárias — 45,2% no primeiro semestre — está a evidenciar que o objetivo principal da política econômica em vigor não é o de obter, especificamente, a redução da inflação. Na verdade, ela visa a melhorar o perfil das contas externas, o que, no entanto, não significa que esses dois fatores sejam inconciliáveis entre si, pois, mesmo preocupada em primeiro lugar com o balanço de pagamentos, a política oficial acabou afetando indiretamente a inflação, à medida que passaram a ser acionados

instrumentos de controle com vistas a restringir o ritmo da atividade econômica.

Com a aceleração da espiral inflacionária e com o estabelecimento de um piso anual de três dígitos, mantido pelo Índice Geral de Preços desde o início do segundo semestre do ano passado, parece definitivamente afastado o sonho da estabilização monetária, que chegou a merecer destaque até mesmo nos conhecidos planos de desenvolvimento oficiais realizados no passado. Se, por um lado, a convivência com a inflação passou a ser tolerada, por outro, isso não significa que o monetarismo tenha sido abandonado como política de combate à inflação. Pelo contrário, diante do insucesso de uma política mais flexível posta em prática em 1980 para conter a inflação, tudo indica que o Governo cedeu às pressões internas e externas e seguiu, mesmo afirmando o contrário, as recomendações dos monetaristas ortodoxos. O corte nos subsídios, o afrouxamento dos controles de preços, a restrição à expansão do crédito, o incentivo à elevação do custo do dinheiro e a moderação dos gastos das empresas estatais são alguns fatores que dão suporte a essa tese. Para o perfeito enquadramento, só faltou um maior controle dos salários.

Existe, na verdade, um caráter estrutural na inflação brasileira, não na forma como supõe a teoria convencional, mas como alguma coisa intrínseca do próprio sistema econômico, vale dizer, inerente ao padrão de acumulação vigente. A inflação não resulta da ineficiência do Estado, o qual é chamado a intervir apenas para evitar o pior, ou seja, a crise econômica e com ela o desemprego. Representa, em última análise, um mecanismo de defesa da economia contra a crise.

O maior realismo adotado para a fixação da correção monetária e a intensificação da desvalorização cambial (sem esquecer a maxidesvalorização de dezembro de 1979) inauguraram a chamada "inflação corretiva" e abriram caminho para a recessão econômica. Enquanto isso, os indicadores da inflação revelam um patamar jamais igualado ao longo

das últimas duas décadas de história do País. Em fevereiro, o Índice Geral de Preços alcançou a maior taxa mensal desde 1980 (8,5%), o que acabou por elevar o piso da inflação anual para 120%, situação que prevaleceu praticamente até o final do semestre, com uma pequena queda em junho.

AGRICULTURA

Um dos pontos conflitantes na estratégia econômica do Governo é a convivência de um enorme volume de crédito agrícola subsidiado com uma política monetária mais restritiva. Essa combinação, incompatível com os ensinamentos da teoria monetarista, tem sido, via de regra, o principal fator de expansão da base monetária e tem frustrado as metas previstas no orçamento monetário nos últimos anos. Isso ficou visível ao final de maio de 1981, quando o Banco do Brasil acusava uma expansão de 20% nas aplicações de custeio agrícola e de 49% nas operações vinculadas à política de preços mínimos. Para poder cumprir a previsão de crescimento de seus empréstimos no primeiro semestre, o Banco do Brasil terá que restringir, ainda mais, as faixas de crédito destinadas à indústria e ao comércio, criando maiores dificuldades para as empresas suprirem suas necessidades de capital de giro.

O planejamento econômico para a agricultura, com vistas à criação de uma política de médio e longo prazos para o setor, se incompatibiliza com o "laissez-faire" de sua atual condução, o que reforça o argumento inicial de se restringir a análise ao comportamento, implicações e modificações no crédito rural.

As safras agrícolas brasileiras têm alcançado, nos últimos anos, níveis crescentes de produção física em relação às do passado recente. As estimativas preliminares para a safra agrícola 80/81 revelaram, segundo o Ministério da Agricultura, uma produção esperada de 54 milhões, 360 mil e 900 toneladas, o que supera em 5,1% a safra 79/80 que chegou a 51 milhões e 700 mil toneladas.

Considerando a produção física das principais safras gaúchas, as estimativas preliminares para a safra 80/81

feitas pelo IBGE para o mês de junho revelaram que apenas a 2a safra do feijão, o fumo e o trigo apresentaram produção inferior à obtida na safra 79/80. Tais reduções, que foram de, respectivamente, 19,54%, 9,47% e 4,57%, foram devidas, no caso do feijão, à estiagem de março nas principais regiões produtoras; no caso do fumo, à decisão de redução no plantio pelos produtores, devido aos baixos preços pagos pelas indústrias; e, no caso de trigo, à intenção de reduzir o plantio face à ausência de estímulos a sua produção.

INDÚSTRIA

Apesar da tendência à desaceleração verificada desde 1979, no segundo semestre do ano passado, verificou-se uma certa recuperação que parecia desmentir a idéia, tanto de que a economia atravessava uma fase recessiva de seu ciclo mais recente, como de que a política econômica teria um caráter contracionista. Essa aparente recuperação, no entanto, resultou da tentativa de desestimular a especulação financeira que acabou dando margem à especulação mercantil. O comércio, ao invés de aplicar no mercado financeiro, ampliou seu estoque de mercadorias. As famílias, ao invés de depositarem em cadernetas de poupança, anteciparam compras, beneficiando mais significativamente a demanda por bens de consumo duráveis de pequeno porte. As indústrias, por sua vez, anteciparam a aquisição de insumos, visando a precaverem-se contra a inflação e, com isto na realidade, apenas adiou o desaquecimento que se evidenciou a partir do mês de fevereiro do corrente ano, chegando em maio com um dos menores resultados já alcançados nos últimos anos pela Indústria de Transformação.

O período janeiro-maio caracterizou-se por uma franca desaceleração, apresentando uma taxa de 7,29% no primeiro mês contra 3,73% em maio, o que equivale a uma redução no ritmo de crescimento de 3,56 pontos.

CONSTRUÇÃO CIVIL

No final de 1980, houve uma substancial mudança no rumo da política econômica que veio alterar, sobremaneira, o quadro apresentado durante quase todo o ano. A reativa-

ção do mercado financeiro, pela elevação das taxas de juros, afastou muitos investidores que estavam voltados ao mercado imobiliário, retirando desse um dos seus suportes de sustentação existente durante o ano de 1980. Também a retirada da pré-fixação da correção monetária veio afetar a demanda por imóveis, pois o estímulo de contrair uma dívida a juros fortemente negativos deixou de existir.

Pelo que foi visto, pode-se perceber que houve uma alteração substancial no mercado imobiliário em 1981 em relação ao ano anterior. Passou-se de uma situação de demanda aquecida e oferta relativamente contraída para um aperto da procura e desafogo na oferta. Isso porque, se no ano passado havia desestímulo para as cadernetas de poupança — pelos baixos níveis de remuneração — e corrosão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), neste ano, as cadernetas estão com uma remuneração igual à inflação e melhoraram os níveis de FGTS, recompondo-se, em parte, os dois principais fundos de recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul apresentou, neste primeiro semestre de 1981, um comportamento semelhante ao observado a nível nacional, conforme é normal ocorrer, já que existe uma estreita vinculação da atividade às decisões mais gerais da economia, tomadas para todo o País. O mercado imobiliário encontra-se com um nível razoável de atividades, em vista principalmente das condições que se apresentaram em 1980, embora, também no Estado, a demanda tenha diminuído nessa primeira metade de 1981.

COMÉRCIO INTERNO

O que efetivamente ocorreu foi uma retração no consumo, afetando em menor ou maior grau todos os setores da atividade econômica. Fala-se, inclusive, numa mudança no perfil de consumo, a qual, no entanto, parece revestir-se essencialmente de características conjunturais, não havendo a tendência de se manter um período mais longo, principalmente no caso da quebra na austeridade da política mo-

netária atualmente em vigor e da preservação da estrutura da distribuição da renda.

As medidas de política econômica de caráter recessivo adotadas têm apresentado reflexos positivos na balança comercial, mas estão efetivamente levando a um desaquecimento da atividade industrial, atingindo, também, duramente a outra "ponta" do processo produtivo: o comércio. É importante ressaltar, contudo, que tais fatos eram esperados e, inclusive, desejados pelas autoridades governamentais, uma vez que a contenção do consumo interno passou, a ser benéfica para aumentar os excedentes exportáveis e para garantir recursos para o setor energético e exportador por meio da elevação da poupança interna.

Considerando as taxas acumuladas nos primeiros meses do ano para os principais centros urbanos do País, observa-se uma queda real em torno de 20%, sendo que o pior desempenho foi o de Porto Alegre.

COMÉRCIO EXTERNO

De acordo com informação do Banco Central, a dívida externa brasileira atingiu a cifra de US\$ 53,85 bilhões em dezembro de 1980. Desse total, aproximadamente 70% correspondiam a empréstimos em moeda, 22% a financiamento das importações e 6% a empréstimos em bônus. No entanto a dívida de curto prazo — com giro inferior a um ano — não está computada nesse total apresentado pelo BACEN, mesmo sendo seu volume — aproximadamente US\$ 7 bilhões — bastante significativo. A não-inclusão dessas operações na dívida bruta é normal e segue a praxe internacional. No entanto seria interessante que o Banco Central começasse a divulgá-la sistematicamente, porque também se constitui numa obrigação junto aos bancos privados internacionais que amplia o grande envolvimento daqueles bancos com o Brasil. Portanto a dívida brasileira já estaria em torno de US\$ 60 bilhões em dezembro de 1980, cifra igual à estimada pelo BACEN para o término de 1981. Considerando-se que a dívida de curto prazo neste ano deverá totalizar

US\$ 10 bilhões, ter-se-ia um total de US\$ 70 bilhões de débito em dezembro de 1981.

Enquanto isso, as reservas internacionais apresentam-se mais ou menos estáveis no ano em curso: ao final de dezembro de 1980, totalizavam US\$ 6,473 bilhões e, em junho de 1981, giram em torno de US\$ 6,3 bilhões. Tal nível é considerado baixo pelas autoridades monetárias, que esperam poder atingir o final do ano com pelo menos US\$ 7 bilhões.

No entanto os altos juros observados nos mercados externos poderão vir a dificultar a consecução dessa meta, visto que deles depende a entrada de recursos sob a forma de empréstimos — a maneira mais comum de aumentar as reservas do País.

No primeiro semestre, o déficit comercial acumulado chegou a US\$ 282 milhões contra US\$ 2,027 bilhões nos primeiros seis meses de 1980, mantendo uma tendência decrescente observada durante todo este ano. Desse modo, o déficit acumulado de 12 meses, que em dezembro era de US\$2,829 bilhões, atualmente corresponde a US\$ 1,085 bilhões, registrando-se uma queda da ordem de aproximadamente 60% no primeiro semestre deste ano.

Volume IX - Número 2 - Julho/Dezembro 1981

PANORAMA GERAL

Embora com graus de intensidade diferenciados em virtude das estruturas peculiares às diversas regiões do País, a economia brasileira apresentou, em 1981, o seu pior desempenho nos últimos cinquenta anos. A crise econômica que já se vinha configurando nos dois últimos períodos se expandiu a todas as áreas e se plasmou, de forma nítida e inequívoca, como uma crise geral do sistema, apresentando, por conseguinte, todas as suas implicações de caráter social, político e econômico.

Com base nos números estimados e tomando-se a hipótese II como referência, verifica-se que a agricultura, crescendo a 6,5%, participa na formação da taxa de renda

global com 0,67%. Já o setor industrial, cuja participação no PILcf se situa em torno de 34,8%, apresentou uma taxa de crescimento de -8,34%, refletindo-se com uma queda na taxa global de aproximadamente -3,0%. Pelo mesmo raciocínio, o setor serviços, crescendo a -0,37%, teria participado na formação do Produto Interno Líquido nacional com um incremento negativo de aproximadamente 0,2%.

POLÍTICA ECONÔMICA

O aspecto quase dramático resultante da valorização dos preços do petróleo reside justamente na demora que alguns países levaram para avaliar as transformações que iriam registrar-se no panorama internacional. O Brasil incluiu-se entre essas nações, quando imaginou que poderia manter o mesmo ritmo de crescimento econômico, ocorrido na primeira metade da década passada, em meio a uma crise mundial. O artifício do endividamento externo para cobrir os gastos com a importação de petróleo ou para manter os níveis de investimento na economia sustentou as taxas de crescimento econômico até 1980, porém tornou a dívida externa quase que incontrolável, face ao enorme crescimento das amortizações e juros que passaram a compor o seu serviço, a cada ano.

A recessão instaurada na economia brasileira em 1981, postergada exatamente por intermédio do endividamento, tornou-se, assim, uma consequência desse fato, à medida que os empréstimos externos passaram a ser contraídos não mais para incentivar a produção, mas para alimentar o giro da própria dívida.

Todas essas medidas não fizeram mais do que exacerbar a tendência recessiva da economia, decretando uma queda violenta no volume da produção industrial e elevando perigosamente as taxas de desemprego no País. Ainda que fosse aparentemente impossível manter o ritmo de crescimento do produto real registrado no período de 1970 a 1975 (da ordem de 11%), o fato é que a desaceleração industrial - em si inevitável pelas novas circunstâncias que se criaram - poderia ter sido suavizada, caso tivesse havido um redireci-

onamento dos investimentos para os setores atrofiados pelo alto crescimento do segmento produtor de bens duráveis no período expansionista.

Em razão disso, ocorreu uma alteração nas diretrizes da política industrial, a qual passou a incentivar gradativamente a substituição de importações, o que explica a razoável "performance" dos setores produtores de bens de capital e bens intermediários, responsáveis pela manutenção das taxas de crescimento do produto industrial a partir da segunda metade da década de 70. Para que isso fosse possível, a participação do Estado foi decisiva, à medida que sustentou o nível de atividades nessas áreas, através da expansão do gasto público.

Ainda que desvinculada de uma estratégia global de condição da política econômica, tudo indica que, no curto prazo, a política monetária posta em prática em 1981 cumpriu o seu papel de financiadora do déficit público, sem aumentar significativamente a emissão de moeda. Os fatores responsáveis para que isso ocorresse foram a mudança na política de correção monetária, a qual teve seus índices corrigidos a níveis mais próximos da inflação, beneficiando a colocação de títulos públicos (ORTNs) no mercado aberto e as cadernetas de poupança. Paralelamente, o controle quantitativo do crédito atuou no sentido de conter a demanda por empréstimos, resultando em grande disponibilidade de recursos no setor financeiro que, não podendo ser emprestados, passaram a ser aplicados na compra de títulos federais.

AGRICULTURA

Estimativas preliminares apresentadas no Capítulo 2 deste trabalho prevêem, para o ano de 1981, um crescimento negativo do Produto Interno Líquido a custo de fatores da ordem de -2,60%. Participam da composição dessa taxa a indústria e os serviços, que apresentaram, respectivamente, um crescimento negativo da ordem de 8,34% e 0,37%, e a agricultura, com uma taxa positiva de crescimento de 6,5%. Com base nessas estimativas, pode-se

afirmar que, à mercê da recessão que assola o País, foi a agricultura que revelou melhor desempenho. Com isso fica evidenciado que, mesmo com um bom comportamento, a agricultura, por si só, é incapaz de imprimir um efeito dinâmico sobre a economia brasileira, a ponto de fazê-la ultrapassar a etapa recessiva em que se encontra. Com isso quer-se dizer que não reside "dentro" da agricultura o centro dinâmico de acumulação do sistema, mas "fora" dela, embora essa desempenhe um papel estratégico de elevada importância para o funcionamento do referido padrão. Por essa razão é que nos períodos de prosperidade/depressão da economia brasileira, a agricultura é o setor que menos os reflete, assumindo um caráter de relativa autonomia ante seus ciclos.

INDÚSTRIA

O ano de 1981 foi altamente desastroso para a Indústria de Transformação, podendo ser considerado o mais crítico de sua história. Tal constatação não se baseia apenas na forte redução da produção e do emprego industrial, como também na significativa desaceleração do investimento produtivo, caracterizando uma fase descendente do ciclo econômico.

O período de janeiro a setembro caracterizou-se por uma vertiginosa desaceleração, apresentando uma taxa de 7,33% no primeiro mês, contra -4,27% em setembro, o que equivale a uma redução no ritmo de crescimento de 11,60 pontos. Além disso, a comparação com os anos de 1979 e 1980, que não foram períodos de excepcional crescimento, revela uma colocação bastante inferior à do ano em análise.

O parque manufatureiro gaúcho consta de três grandes segmentos. O primeiro, formado pelas indústrias dinâmicas, que produzem basicamente os chamados insumos modernos. Nesse caso, incluem-se as indústrias de Material de transporte; Papel e papelão; Mecânica, Metalúrgica; e Material elétrico e de comunicações. Esse segmento, de expansão relativamente recente, ampliou sua capacidade produtiva em função da demanda criada principalmente pela in-

dústria de bens de consumo duráveis localizada no eixo Rio-São Paulo. Como consequência desse vínculo, seu comportamento está intimamente ligado com o das indústrias dinâmicas do centro industrial do País.

No segundo segmento, incluem-se os gêneros fornecedores de insumos e equipamentos para o Setor Primário, como é o caso da indústria de máquinas e implementos agrícolas. Essa última, em particular, vem sofrendo impactos negativos com as medidas de restrição ao crédito, pois, mesmo com as safras agrícolas favoráveis verificadas entre 1980 e 1981, conta hoje com uma capacidade ociosa em torno de 60%.

Finalmente, os chamados gêneros tradicionais, formados principalmente pelas indústrias de Bebidas, Produtos alimentares, Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, e Fumo, têm sua importância residindo principalmente no fato de absorverem significativos contingentes de mão-de-obra. Essas indústrias, excetuando-se a de Fumo e os ramos de refrigerantes e cervejas, apesar da modernização ocorrida nos últimos anos, contam ainda com um grande número de estabelecimentos de pequenos e médio portes, com características bem mais competitivas que as demais. Em face disso, são mais afetados pela atual política econômica.

É possível observar-se a forte desaceleração da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul, que apresentou uma taxa de -7,20% no primeiro mês, contra -4,43% em outubro, o que representa uma redução no ritmo do crescimento de 11,63 pontos.

COMÉRCIO INTERNO

No que se refere ao desempenho do comércio varejista-lojista, as vendas mensais e acumuladas do comércio, em 1981, apresentaram resultados negativos, embora com variações de magnitude.

O ramo comercial mais atingido é o que engloba basicamente bens de consumo duráveis ou ramo duro. Cotejando-se os primeiros dez meses de 1981 com igual período em 1980, obtém-se uma redução média superior a 20%. Já

as vendas como um todo apresentaram um comportamento um pouco menos desfavorável. Denota-se aí a influência do ramo mole ou bens de consumo não duráveis, cujas taxas de crescimento foram menos negativas que as do ramo duro, provavelmente por representarem os bens de consumo mais inelásticos em relação a variações nos preços e na renda.

Ao iniciar-se o exame do desempenho das atividades comerciais no Rio Grande do Sul, pode-se constatar que a renda interna de todo o comércio decresceu, em termos reais, em 3,18%, enquanto que seus preços cresceram em 127,45%, em 1981.

COMÉRCIO EXTERNO

Ao contrário do ano passado, que apresentou um déficit de US\$ 2,829 bilhões, neste ano os resultados da balança comercial brasileira foram positivos, com um superávit aproximado de um bilhão de dólares. Até novembro, o saldo de 1981 indicava que os valores exportados ultrapassaram as importações em US\$ 988 milhões. Esse ganho decorre, principalmente, de forte contenção das importações e não de um grande aumento nas exportações.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Toda a política de crédito orientou-se no sentido de restringir os empréstimos em moeda nacional e obter os dólares necessários ao fechamento do balanço de pagamentos. Assim, foram estabelecidos limites à expansão dos empréstimos em cruzeiros, diminuindo a liquidez do sistema; foi induzida a tomada de recursos externos; as taxas de juros foram totalmente liberadas a partir de janeiro, com exceção daquelas relativas ao crédito subsidiado e aos repasses externos; e a correção monetária passou a ser aplicada com base no INPC, o que tornou mais realista em relação ao comportamento dos preços, concorrendo para o aumento das taxas praticadas internamente.

As deliberações sobre estes três grandes elementos, o crédito, a taxa de juros e a correção monetária, influenciaram de maneira decisiva o setor. Pois, se, por um lado, o

contingenciamento do crédito e, principalmente, as altas taxas praticadas redundaram em altos custos financeiros para as empresas, contribuindo para o desaquecimento geral da economia, por outro lado, estimularam a poupança interna e propiciaram lucros extraordinários ao setor bancário.

GOVERNO

Em 1981, a política econômica esteve orientada, principalmente, no sentido de reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Para a consecução desse objetivo, foram importantes as medidas de política fiscal (alterações no IOF, retorno do crédito-prêmio do IPI) e os cortes nos investimentos das empresas estatais.

No que se refere às empresas estatais, a principal medida econômica no ano de 1981 foi, sem dúvida, a assinatura do decreto para a transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do Governo Federal. Segundo as autoridades governamentais, os motivos que levaram o Governo Federal a "privatizar" suas empresas se vinculam à contenção de despesas, transformando-se num fator alimentador da inflação, uma vez que o Governo vê na contingência de cobrir os déficits dessas empresas.

Nesse contexto, o Governo aprovou a venda de 44 e a desativação de 6 empresas estatais. Ficaram excluídas desse processo de privatização as empresas do setor de infra-estrutura econômica ou produtoras de insumos cujo controle o Estado foi levado a assumir para viabilizar o desenvolvimento do setor privado e não para com ele competir. Em sua maioria, as empresas a serem privatizadas já pertenceram ao setor privado e foram assumidas pelo setor público devido à falta de pagamento de empréstimos junto ao BNDE.

O total da receita de janeiro a outubro de 1981 apresentou um crescimento de 7,95%, em comparação com igual período de 1980. Esse acréscimo de receita resultou, principalmente, das receitas de capital que aumentaram positivamente 44,65% no período, devido à elevada taxa de

crescimento das operações de crédito. Cabe, contudo, destacar que as taxas de crescimento da receita, apesar de positivas, vêm decrescendo mês a mês.

Volume X - Número 1 - Janeiro/Março 1982

PANORAMA GERAL

As diretrizes da política econômica governamental vigentes no ano passado não serão modificadas em 1982, conjugando a disposição de manter a prioridade ao setor agrícola com o crédito escasso e disciplinado para os demais setores. Contudo, aos poucos, o Governo parece inclinado a reduzir a parcela de subsídios destinados à agricultura, pela exigência de uma soma maior de recursos próprios dos médios e grandes agricultores e pela manutenção da obrigatoriedade de participação dos bancos privados no crédito rural. Finalmente, a elevação nos prazos do crédito direto ao consumidor, ao que tudo indica, destina-se a transmitir algum ânimo para a atividade industrial, que emergiu de 1981 com um saldo pouco recomendável: um decréscimo em torno de 10% na produção industrial.

POLÍTICA ECONÔMICA

A alta dos preços lidera a lista das maiores preocupações dos brasileiros há, pelo menos, quatro anos. Esse é o resultado de uma pesquisa anual realizada pelo Instituto Gallup entre a população urbana, que apontou, em 1981, o desemprego como a segunda maior preocupação, sendo que o petróleo perdeu um pouco a sua importância relativa em comparação a outros anos. Essa constatação é um sintoma de que a componente expectativa ainda se encontra presente nas decisões dos agentes econômicos, revelando que os resultados obtidos pela política antinflacionária no ano passado não foram convincentes no que se refere a uma reversão do processo inflacionário.

Na verdade, de acordo com as previsões de início de ano, todos pareciam acreditar em uma estabilização da inflação em 1982 em algo próximo a 90%. Apesar de tudo, até aqui, o Índice Geral de Preços acumulado em 12 meses

vem apresentando uma tendência decrescente desde abril do ano passado, o que produz a falsa impressão de que a inflação continua caindo em 1982, quando está acontecendo exatamente o contrário. Em outras palavras, caso se repita em abril qualquer uma das taxas mensais registradas no primeiro trimestre de 1982 - e isso é bastante provável pela sucessão de aumentos marcados para esse mês, entre eles o leite e, novamente, os cigarros -, o IGP acumulado em 12 meses retomará o movimento ascendente, o que só não ocorreu até agora porque as taxas mensais até março de 1981 foram excepcionalmente altas.

AGRICULTURA

A atual expectativa de produção da safra nacional de grãos está estimada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em, aproximadamente, 55,2 milhões de toneladas, a qual, se confirmada, superaria em 3 milhões de toneladas os níveis de produção alcançados durante a safra 1980/81. Tal perspectiva é considerada bastante satisfatória, principalmente se forem levadas em conta as perdas provocadas pela estiagem de janeiro na Região Sul.

No que tange ao Rio Grande do Sul, os efeitos negativos provocados pela estiagem dos primeiros meses do ano manifestarem-se com intensidade maior do que os constatados nas safras nacionais, razão pela qual o prognóstico do desempenho regional é menos satisfatório. Das principais culturas gaúchas, a única que conseguiu superar os índices físicos de produção registrados em 1980/81 foi a primeira safra de feijão, que não chegou a ser prejudicada pela estiagem. Todas as demais foram afetadas. A última estimativa da produção realizada em março, a fim de apurar os prejuízos da quebra de safra, dava conta que as culturas mais atingidas foram o sorgo, a soja, o milho e o arroz com perdas de, respectivamente, 20%, 17%, 12% e 8%. No conjunto, é estimada uma quebra na produção de grãos de pelo menos 200 mil toneladas.

A pecuária brasileira e, em especial, a gaúcha vêm atravessando uma etapa depressiva em seu ciclo histórico

de produção, através do qual os criadores põem em marcha o processo de abate de matrizes em proporção maior ao resto do rebanho, provocando, nos períodos subseqüentes, redução na oferta, acompanhada de uma gradual elevação nos preços relativos de sua produção. A origem do atual ciclo depressivo da pecuária manifestou-se a partir de 1980, quando o agravamento da crise econômica em que mergulhou a economia brasileira reduziu o poder aquisitivo da grande massa consumidora, o que retraiu sensivelmente a demanda interna. Com isso, os preços reais foram-se reajustando a níveis inferiores - inversamente ao que ocorreu com os custos de produção devido à escalada inflacionária -, provocando sérios prejuízos aos criadores.

INDÚSTRIA

Findo o ano de 1981, com um quadro bastante desolador para a Indústria de Transformação - tanto a nível de produção quanto de emprego -, a grande questão que se coloca refere-se à possibilidade de retomada do crescimento em 1982. Na realidade, até o final do primeiro bimestre do ano em questão, poucas alterações haviam sido introduzidas na política econômica que agravou tal situação.

São poucas as perspectivas de uma redução substancial das taxas de juros internas em 1982, uma vez que a manutenção dessas últimas em altos patamares continua servindo aos objetivos de atrair recursos externos e que a dívida pública federal deverá ser novamente utilizada para complementar os recursos orçamentários. Além disso, apesar de algumas alterações, as faixas de crédito para a indústria e o comércio continuarão dentro de limites bastante estreitos.

O período que vai até janeiro apresentou uma queda de 11%, enquanto que no ano de 1981 a Indústria de Transformação reduziu seu crescimento em 9,99%, o que equivale à perda de 1,01 pontos em apenas um mês. A nível de gêneros também prosseguiram as reduções, exceto para o caso de vestuário, calçados e artefatos de tecidos que praticamente repetiu os resultados obtidos em dezembro.

Com relação ao pessoal ocupado na produção, os resultados também se mostram desfavoráveis. De acordo com o IBGE, no período de janeiro a novembro de 1981, houve uma redução de 6,98% em relação a igual período do ano anterior. Além disso, o indicador que mostra a evolução anual do emprego até dezembro desse mesmo ano, em relação aos 12 meses imediatamente anteriores, revela também uma desaceleração dessa variável em 7,50%, sendo que no ano de 1980 a mesma havia crescido em 3,25%.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O segmento habitacional experimentou, durante o ano de 1981, um ritmo de trabalho relativamente tenso, em vista da fase recessiva por que passou a economia brasileira. Frente a essa situação, os primeiros meses de 1982 não mostraram nenhuma evidência de reversão na situação geral, senão um agravamento de alguns problemas que já se mostravam latentes. Em janeiro de 1982, os lançamentos habitacionais em algumas das maiores cidades brasileiras começaram a decrescer e os preços de comercialização no primeiro trimestre apresentaram uma evolução aquém dos índices inflacionários. Ainda que esteja previsto um crescimento de cerca de 100% nos recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), esse fato por si só não resolve os problemas do mercado imobiliário, já que o cerne da questão se encontra no descompasso entre os preços dos imóveis e o poder aquisitivo da população. Com relação ao segmento da Indústria da Construção Civil que se ocupa de obras de infra-estrutura e engenharia pesada, cujo contratante é o setor público, a situação mostra-se mais difícil. Desde 1979, o Governo vem procedendo cortes nos gastos públicos, vindo a diminuir o mercado de trabalho para o citado segmento que, com poucas obras, ainda se vê às voltas com pagamentos freqüentemente em atraso.

COMÉRCIO INTERNO

A liberação das taxas de juros, a eliminação da pré-fixação da correção monetária e o controle do crédito, medidas adotadas ao final de 1980, contribuíram decisivamente

para a queda do nível da atividade comercial. Além disso, passado o primeiro impacto da nova lei salarial, os reajustes menores para os salários mais altos ocasionaram uma perda do poder de compra da classe média que sustenta uma parcela ponderável do comércio.

Entretanto, continuando a tendência decrescente observada no ano de 1981, os primeiros meses de 1982 apresentaram novamente resultados negativos em relação a igual período do ano passado. A expectativa de retomada do nível de atividade comercial, logo nos primeiros meses deste ano, manifestada por alguns setores produtivos, não se confirmou. Considerando-se que o primeiro bimestre de 1981 já havia apresentado um fraco desempenho, pode-se concluir que o deste ano foi muito pior do que se poderia esperar, tendo em vista que o decréscimo ocorreu sobre o resultado negativo do ano passado.

No ramo duro a maior queda (-28%) ocorreu no item relativo a camping, caça e pesca, seguidos de jóias, ótica e relógios, que apresentou um decréscimo de 23,44%. No ramo mole, calçados e artefatos de couro foi o item com maior variação negativa de 23,17%, enquanto material esportivo obteve maior desempenho (13,46%).

COMÉRCIO EXTERNO

Ao contrário do ano passado, quando ao final do primeiro trimestre foi instituída a volta do crédito-prêmio à exportação de manufaturados visando a estimular as vendas desses produtos, o ano de 1982, até o presente momento, não apresentou grandes modificações na política econômica voltada para o setor externo. Praticamente as medidas adotadas anteriormente mantêm-se inalteradas. Entretanto o quadro conjuntural ainda se mostra desfavorável para o Brasil, apesar de o superávit de 153 milhões de dólares alcançado na balança comercial nos primeiros três meses do ano e do elevado nível de captação externa observado no período. Isso porque, embora o resultado da conta de comércio seja positiva, tanto as exportações como as importações registram quedas em seus valores nominais. Muito

embora até março o superávit já tenha alcançado a cifra de 153 milhões de dólares contra um déficit de US\$ 426 milhões para igual período em 1981, o quadro configura-se extremamente difícil para as exportações brasileiras.

SETOR GOVERNO

No período de janeiro a fevereiro de 1982, a execução financeira do Tesouro Nacional apresentou um superávit acumulado de Cr\$ 78,1 bilhões. No que diz respeito à receita, houve um pequeno decréscimo de 0,08%, quando comparada com igual período de 1981, enquanto os dispêndios acusaram um declínio de 13,81%. Já a receita tributária caiu 13,3%, refletindo o fraco desempenho dos tributos. Com relação aos principais impostos a cargo da União, o Imposto de Renda (IR) - que é o mais expressivo em termos de arrecadação - sofreu uma queda 12,03%. Já o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cresceu 7,29%, registrando a melhor "performance" no conjunto dos principais impostos.

Volume X - Número 2 - Abril/Junho 1982

PANORAMA GERAL

Segundo os analistas, o quadro atual em que se encontram os juros externos tende a se agravar, à medida que o Governo Reagan insiste em manter a sua política econômica que combina cortes nos impostos sem redução proporcional no total de gastos.

Como consequência desse descompasso resulta um déficit orçamentário estimado em cerca de 3% do PNB norte-americano em 1982. Para financiar esse déficit - a exemplo do que ocorre no Brasil - o Tesouro dos EUA promove a venda de títulos públicos, para os quais oferece alta remuneração e, com isso, acaba forçando as taxas de juros para cima (no âmbito privado), vindo a afetar indiretamente todos os devedores internacionais (já que a maioria dos empréstimos são contraídos a juros flutuantes). Nesse sentido, o Brasil é atingido duplamente: primeiro, porque o serviço da dívida cresce automaticamente e, segundo, porque isso

obriga a manutenção das altas taxas nos juros internos que, por força da exigência de estimular a captação de recursos externos para "fechar" o balanço de pagamentos em 1982, devem ser maiores que os juros externos.

Portanto, por um lado, nada leva a crer que o custo financeiro das empresas seja reduzido nos próximos meses - o que, se efetivado, poderia auxiliar na queda da inflação - e, por outro, parece clara também a intenção do Governo de não abrir mão da contenção monetária este ano, tendo em vista que todas as demais faixas de crédito bancário às empresas permanecem sob rígido controle do Banco Central. Aparentemente a causa fundamental para essa situação reside no quadro de indefinições que caracteriza o ano de 1982. O fato de tratar-se de um ano de eleições talvez já seja um motivo suficiente para explicar a expansão do gasto público sem a devida cobertura fiscal, o que faz com que as únicas alternativas encontradas pelo Governo para atender a seus compromissos sejam ou o aumento das emissões de moeda, ou o endividamento junto ao setor privado da economia.

POLÍTICA ECONÔMICA

Redirecionando a análise da órbita da moeda para a do comportamento dos preços, a principal impressão que fica depois da sucessão de aumentos registrados, sobretudo nos meses de abril e maio, é a de que o apetite por reajustes de preços, tanto da parte do Governo como das empresas, está ultrapassando os limites toleráveis por qualquer política econômica que se denomine antiinflacionária. Sugestivamente, no dia primeiro de abril, o acréscimo de 30% no preço do leite iniciaria uma verdadeira escalada altista nos preços das mercadorias (sendo que o leite sofreria novo reajuste em junho). Em ordem cronológica, seguiram-se os aumentos dos veículos (uma prática adotada pelas montadoras para compensar a queda nas vendas), dos cigarros (que aumentaram 12% percentual que somado ao reajuste ocorrido em janeiro dá um acumulado no quadrimestre de 51,2%, para uma inflação de 28,3%), do café (acrécimo de

25%) e do pão (que subiu 33%).

Mesmo que o desemprego seja uma constante na economia brasileira e que nos últimos anos da década de 70 o mercado de trabalho já viesse apresentando visível contração, foi em 1981 que o problema adquiriu proporções bem maiores. Já no início do referido ano, a política econômica francamente recessiva, então adotada no País, mostrava seu efeito mais perverso, qual seja, um forte aumento no número de desempregados. O comportamento dos setores produtivos da economia gaúcha vem-se ressentindo do quadro recessivo que avassalou a economia brasileira a partir de 1981. O enfrentamento da crise, através de uma política econômica de austeridade monetária e creditícia, visando a debelar o processo inflacionário, a dívida externa e interna, vem impondo um pesado ônus à expansão das atividades produtivas, impedindo, dessa forma, a retomada do crescimento econômico. O exame do desempenho dos setores produtivos da economia gaúcha no período de março a maio, que segue de forma sintetizada, reflete esta tendência.

AGRICULTURA

As últimas estimativas realizadas para a safra nacional de grãos em 1981/82 prevêem uma produção de 55 milhões e 178 mil toneladas, o que, se confirmado, superaria em 2,7 os índices físicos alcançados na safra anterior. Ao que tudo indica, o ano de 1982 não trará problemas de abastecimento interno, pois a oferta global de produtos agrícolas da nova safra nacional deverá ser suficiente para o consumo doméstico.

O período depressivo que a pecuária gaúcha vem atravessando, marcado por um processo geral e acelerado de debate de matrizes, manifestou, ao longo dos meses de abril e maio, sinais de lenta recuperação, traduzida por alguma melhora dos preços recebidos pelos produtores, o que veio contrariar a tendência contracionista até então apresentada.

INDÚSTRIA

No que se refere aos resultados até abril de 1982, elaborado a partir dos índices de produção industrial do IBGE, com base nos últimos doze meses, é possível observar-se uma alteração ainda que tênue da tendência recessiva observada desde o início de 1981. O período que vai até fevereiro apresentou uma queda de 12,23%, enquanto que em abril essa taxa foi de -11,66%, o que significa uma diferença positiva de 0,57 pontos. A nível de gêneros, embora todos tenham apresentado resultados negativos, entre fevereiro e março as indústrias de Material elétrico e de comunicações, Material de transporte (devido basicamente aos automóveis), Química (devido aos derivados de petróleo), Têxtil, Vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Bebidas apresentaram um arrefecimento - ainda que frágil - de sua desaceleração. Com relação ao pessoal ocupado na produção, verifica-se que durante o primeiro bimestre a demissão de mão-de-obra prosseguiu em ritmo acelerado.

Mesmo assim, são inegáveis os indícios de uma certa recuperação do crescimento industrial, o que, no entanto, deve ser visto com bastante cuidado.

No que diz respeito à Indústria de Transformação gaúcha também verificou a mesma tendência observada à nível nacional. Em fevereiro a taxa decresceu 8,3% e em abril - 6,3%, o que significa uma certa diminuição no ritmo de queda.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Após 1980, quando uma conjugação de condições propícias levou um forte impulso à Indústria da Construção Civil, a situação desse setor tem sido de lenta e gradativa desaceleração. No que se refere ao segmento que se ocupa de obras de infra-estrutura e engenharia pesada, esse já vem de alguns anos de "vacas magras", propiciados principalmente pelos sucessivos cortes nos investimentos públicos. A situação vem-se deteriorando a cada ano e nem mesmo as condições específicas de 1982 levaram a um crescimento razoável nos primeiros cinco meses do ano. Fundamentalmente, há falta de planejamento para o desen-

volvimento harmônico da Indústria da Construção Civil, como também de poder aquisitivo para a maioria da população, em relação aos preços dos imóveis, e há descompasso entre os aspectos da produção e realização no setor. Todos os problemas fundamentais da Indústria da Construção Civil são uma realidade nacional e, especificamente no Rio Grande do Sul, apresentam os mesmos contornos, apenas com algumas peculiaridades regionais. O mercado imobiliário encontra-se com excesso de oferta e há tendência à desaceleração nas obras após um período de trabalho intenso. Ainda assim, não se pode afirmar que a construção esteja em um momento altamente recessivo como a Indústria de Transformação.

COMÉRCIO INTERNO

A expectativa de um ano melhor para o comércio ainda não se apresentou de forma clara. O espectro de 1981 ainda ronda as atividades do setor, assim como o resto da economia. Porém, alguns sinais de reativação se fazem sentir, ainda que de forma não generalizada. Em São Paulo, no mês de abril, a elevação do consumo industrial de energia elétrica foi bastante significativa, apresentando-se, em alguns setores, acima dos níveis de 1980. A indústria de aparelhos eletrônicos-domésticos (televisores, rádios, aparelhos de som) espera um crescimento das vendas de 15% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 1981. Por outro lado, até maio, a indústria automobilística vendeu 257 unidades aproximadamente, 2,5% a mais que nos cinco primeiros meses do ano passado, esperando um crescimento de 5 a 6% para o ano. Apesar do bom desempenho nesses dois meses, o total das vendas nos primeiros quatro meses de 1982 está abaixo do obtido em 1980 (16,53% no ramo mole e 32,12% no ramo duro). Dessa forma, o consumidor tem dado preferência a produtos de baixo valor unitário, o que reflete o melhor desempenho dos bens de consumo não duráveis.

COMÉRCIO EXTERNO

As reservas internacionais tiveram um acréscimo de apenas US\$ 10,6 milhões em relação a março, ou seja, mantiveram-se praticamente estáveis. Dados preliminares divulgados pelo Banco Central indicam que a posição das reservas brasileiras ao final de abril era de US\$ 7.024 bilhões contra os US\$ 7.506 bilhões constatados em dezembro de 1981, enquanto as previsões oficiais para 1982 eram de, pelo mínimo, manterem-se as mesmas nos níveis do final do ano passado. Desse modo, os US\$ 13,6 bilhões previstos oficialmente com a necessidade de empréstimos estrangeiros para que se fechem as contas do balanço de pagamentos deverão ser insuficientes, passando-se a exigir um volume bem maior de recursos externos para 1982. E, apesar das afirmações otimistas dos técnicos do Governo, insistindo em dizer que o Brasil ainda tem facilidade para obter recursos externos, os fatos parecem indicar o contrário.

Por todas essas razões, parece difícil que os recursos continuem a fluir largamente para o Brasil daqui para a frente, apesar do bom desempenho da captação externa observada nos primeiros meses do ano e das reiteradas afirmações, tanto do Governo brasileiro como dos próprios banqueiros, de que o Brasil continua sendo um excelente cliente para os banqueiros internacionais.

Nesse ano de 1982 foram já elaborados, por representantes de diversos setores, documentos contendo sugestões de política econômica visando à redução das taxas de juros. Até o momento, o Governo declara a inviabilidade de implementação das diversas sugestões, uma das quais seria a vinculação dos empréstimos internos aos externos, ou seja, para obter um empréstimo no setor financeiro interno, o tomador necessitaria obter também recursos no mercado internacional. No entanto, a implementação desse tipo de política, provavelmente, não teria muito efeito no nível das taxas de juros internas, uma vez que parece não ser apenas a necessidade de captação de recursos externos a responsável pelos altos juros. Até o momento, a justificativa para as

taxas de juros vigentes no País tem sido dada pela necessidade de manter os custos financeiros internos acima dos externos, para pressionar a busca no exterior de recursos necessários para o fechamento do balanço de pagamentos. Nesse sentido, os prognósticos para 1982 não deveriam incluir qualquer melhora no nível das atividades, uma vez que para isso seria necessário - além de outras medidas - uma reformulação do mercado financeiro, com relação ao papel dos títulos públicos, que viabilizasse uma redução do custo do dinheiro.

GOVERNO

A situação financeira do Rio Grande do Sul continua debilitada e sem perspectivas de melhora a curto prazo, uma vez que ainda não foi tomada nenhuma medida efetiva com vistas a sanar o déficit existente. Por sua vez, apesar de continuarem os estudos sobre a reforma tributária, não existe qualquer proposta definitiva sobre o assunto. Examinando a receita da administração direta do Rio Grande do Sul, observa-se que essa decresceu 7,07% no primeiro quadrimestre de 1982 em relação a igual período de 1981. Esse declínio deveu-se às receitas de capital que, apesar da pequena representatividade no total arrecadado, sofreram uma redução de 80,29, a qual não foi compensada pelo aumento da arrecadação do ICM de 11,74%. As despesas da administração direta revelaram um pequeno declínio, 0,06%, em virtude dos gastos correntes, uma vez que os dispêndios de capital se elevaram, principalmente no item de amortização da dívida.

Volume X - Número 3 - Julho/Setembro 1982

PANORAMA GERAL

A política econômica nitidamente recessiva aplicada no Brasil durante todo o ano de 1981 trouxe, como não poderia deixar de ocorrer, um quadro assaz desalentador para a grande maioria da população. O emprego que, nos últimos anos, já vinha evoluindo modestamente, começou a experimentar um contínuo movimento de queda. A Indústria de Transformação foi o setor mais atingido pela recessão, ten-

do terminado o ano de 1981 com uma queda na produção em torno de 10%, dispensando, no período, mais de 7% da mão-de-obra empregada. O ano de 1982 iniciou ainda com sintomas claros de que não havia razões para crer em uma retomada do crescimento. Embora nos doze meses anteriores tenha-se acumulado um superávit na balança comercial acima de US\$ 1,2 bilhão e obtido-se o recuo de alguns pontos no nível inflacionário, tais fatores não autorizavam prever uma reativação da atividade econômica no curto prazo. A intensidade do nível de atividade econômica, no entanto, não tem sido suficiente para repor os empregos perdidos no período de recessão mais profunda, quanto mais para as pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nesse período.

Dessa forma, o desempenho dos diversos setores de economia gaúcha, no terceiro trimestre de 1982, seguindo a mesma tendência que a nível nacional, não mostrou resultados muito auspiciosos.

POLÍTICA ECONÔMICA

O aumento da oferta da moeda tem sido sistematicamente inferior à inflação, aliás uma situação que, longe de se constituir em exceção, passou a ser a regra nos últimos anos. Na origem, a discrepância entre nível de preços e volume de moeda remonta à própria política econômica que, ao escolher a via recessiva, passou a estabelecer estreitos limites para o crescimento da moeda e do crédito, aquém do volume dos negócios e do patamar de inflação. Ao estabelecer esses limites, o Governo recusou-se a validar o nível de inflação e impôs um freio ao crescimento da demanda por moeda, em razão do acréscimo no custo do dinheiro. Como consequência, ao invés de baixarem os preços, diminuiu o investimento produtivo. Por esse raciocínio o custo de uma política de estabilização, que limite o acesso do crédito aos empresários, é a recessão. Ora, em uma economia oligopolizada e indexada pela correção monetária como a brasileira, a inflação tende a ser extremamente rígida para baixo. Assim, a inflação tenderá a subir sempre que as empre-

sas aumentarem seus preços e suas margens de lucro para compensar a diminuição nas vendas; ou quando os bancos elevarem os juros para contrabalançar a redução no volume de empréstimos resultante da contenção do crédito; ou, ainda, sempre que o Governo reajustar as suas tarifas e impostos para recompor as finanças públicas.

AGRICULTURA

No que tange à agricultura gaúcha, as estimativas do IBGE para as principais safras referentes a 1981/82 prevêem uma redução no volume de produção de soja, milho e batata-inglesa em relação ao ano anterior, devido, sobretudo, aos efeitos da estiagem que ocorreu nos primeiros meses deste ano. Por sua vez, para as culturas de arroz, trigo, feijão e fumo espera-se um desempenho satisfatório, com índices físicos, provavelmente, maiores do que os atingidos na safra 1980/81. No entanto os preços de comercialização da safra têm-se situado, quase sempre, abaixo dos níveis oficiais. Com referência à pecuária, comparando o período de janeiro a julho de 1982 com idêntico período do ano anterior, observou-se um crescimento da quantidade ofertada de carne bovina e, contrariamente ao esperado, uma elevação também nos preços, ao passo que a redução da quantidade ofertada de carne suína foi compensada por uma evolução positiva nos preços. A avicultura, porém, ainda enfrenta dificuldades sem muitas perspectivas favoráveis.

Dentre as principais medidas de política econômica para o setor rural, o Conselho Monetário Nacional decidiu eliminar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nos financiamentos à comercialização agrícola via Empréstimos do Governo Federal (EGF) para todos os produtos amparados pela política de preços mínimos; desburocratizar o crédito rural, através de nove medidas que dispensam o produtor de apresentar ao banco uma série de documentos; reajustar os Valores Básicos de Custeio (VBC) para 28 produtos agrícolas; e determinar os novos preços básicos para a safra 1982/83.

INDÚSTRIA

Quando, ao final dos primeiros seis meses de 1982, os principais indicadores da economia assinalavam o fracasso da atual política econômica, a lenta recuperação da produção industrial parecia contrariar essa tendência, acenando com a perspectiva de uma retomada do crescimento econômico. Esses resultados, no entanto, merecem ser analisados com mais profundidade.

No que se refere aos investimentos privados - cuja queda vem-se acentuando desde 1973 -, as informações revelam a modesta evolução nominal de 107% em 1981, e as previsões são de que em 1982 cresçam apenas 79%. Os investimentos públicos, que também vêm-se reduzindo ano a ano, não indicam uma situação melhor. Segundo a Consolidação Plurianual de Programas do Governo (CPPG), a parcela de recursos destinados à indústria deverá cair 16% em 1982; 14% em 1983; 7% em 1984; e 3% em 1985, o que atinge diretamente os fornecedores de bens de capital para as indústrias siderúrgica, de não-ferrosos, agroquímica e petroquímica. A situação do emprego industrial não apresenta um quadro menos desalentador.

Em termos de gêneros industriais, é possível observar-se que os segmentos que fornecem insumos para as indústrias dinâmicas do centro do País sofreram alguma recuperação, mais especificamente Material elétrico e de comunicações e Química, enquanto que Material de transporte continua próximo aos níveis do primeiro mês do ano em análise. A pesquisa bimensal do IDERGS, que inclui também a indústria Metalúrgica, revela que, no período de maio a junho de 1982, esse gênero sofreu um decréscimo em suas compras, no nível de pessoal ocupado e no consumo de energia elétrica em relação a igual período do ano anterior. Quanto à indústria Mecânica, mais especificamente os segmentos voltados ao Setor Primário, os resultados continuam sendo bastante desalentadores. No período de janeiro a agosto, em relação a igual período do ano passado, a produção de colheitadeiras calu em 30% e as vendas, em 15,6%, tendo-se verificado também sensível queda nas

vendas internas e nas exportações de tratores. Finalmente, no caso dos gêneros tradicionais, é destacável a redução da produção que vem sofrendo a indústria de Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, justamente o item que no ano de 1981 impediu uma queda ainda mais significativa da produção industrial gaúcha.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A fase depressiva por que vem passando a economia brasileira atingiu diretamente o setor, à medida que o mesmo acompanha as variações cíclicas da economia. Tal ocorre em função de o setor de obras de infra-estrutura e engenharia pesada dependerem fundamentalmente do nível dos investimentos, tanto públicos quanto privados, os quais vêm apresentando, nos últimos anos, uma permanente tendência de declínio. Embora o baixo nível de atividades já seja por si uma indicação inquietante e nada satisfatória para os empresários do segmento, foi um outro fator que se apresentou como alvo das atenções no período em análise. Trata-se das dívidas em atraso do setor público com as empreiteiras, que chega a algo em torno de Cr\$ 200 bilhões.

COMÉRCIO INTERNO

As conseqüências da recessão iniciada em 1981 - desemprego e queda da renda interna - ainda se fazem sentir, faltando pouco mais de três meses para o final do ano. A redução do contingente empregado aliada a um mesmo nível real de remuneração ou mesmo abaixo das anteriores, via rotação da mão-de-obra, deprime a demanda por bens, afetando o setor produtivo e conseqüentemente o comércio, onde se dá a distribuição. Por outro lado, a necessidade do País em atrair recursos externos para o fechamento do balanço de pagamentos através da elevação da taxa de juro interna acima da externa, bem como a contenção dos meios de pagamento como principal medida de combate à inflação restringem o acesso ao crédito. Dessa forma, a não criação de poder de compra adicional achata ainda mais a demanda, levando consigo o nível de oferta.

Nos sete primeiros meses do ano, alguns segmentos ti-

veram crescimento das vendas. A comercialização de automóveis atingiu um crescimento de 15% durante o período. Todavia, levando em conta o total de veículos comercializados, esse acréscimo reduz-se para 2,8% devido ao fraco desempenho dos carros comerciais. De uma maneira geral, as vendas de produtos de menor valor unitário, aliadas às de bens de primeira necessidade, estão mais favoráveis do que as de bens mais sofisticados.

COMÉRCIO EXTERNO

No que se refere ao comércio externo, a tônica dominante no período continuou sendo a queda nas exportações, que, aliada à diminuição nas importações, reduziu sensivelmente os valores transacionados do Brasil com o exterior, refletindo o quadro de recessão que se observa tanto no Brasil como no resto do mundo. Tal situação já vinha-se delineando desde o ano anterior, tendo atingido seu ponto mais grave somente agora.

É importante salientar, também, que as quantidades importadas já vinham caindo desde o segundo semestre de 1979, fato que se agravou ainda mais a partir da máxide-valorização de dezembro de 1979. Como a queda do volume importado tem sido maior do que a das despesas totais, pode-se concluir por uma elevação no preço médio das importações brasileiras. Ao mesmo tempo, as exportações têm apresentado um comportamento inverso, ou seja, as quantidades embarcadas estão crescendo enquanto as receitas diminuem, indicando isso uma queda no preço médio das exportações.

A consequência imediata dessas tendências inversas nos preços das importações e das exportações é uma deterioração nas relações de troca do Brasil com o resto do mundo, ou seja, o País está exportando mais produtos em troca de quantidades cada vez menores de bens importados.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

No encerramento do primeiro semestre a melhor opção para investimento continuava sendo a compra de ações,

conforme pode ser visto pela variação do Índice da Bolsa de Valores que teve uma rentabilidade de 112,5% no período. As debêntures ocuparam o segundo lugar em remuneração e foram os papéis que, devido ao seu baixo custo de operação para os emitentes, puderam oferecer rendimento bastante atraente para os compradores. O mesmo, contudo, não se pode dizer das formas tradicionais de aplicação, como as cadernetas de poupança e o "open market", que tiveram crescimento bastante moderado no semestre, seja pelo descompasso entre correção monetária e inflação, seja por uma política menos agressiva de colocação de títulos federais.

Ao iniciar-se o terceiro trimestre, com o anúncio de uma taxa de correção monetária de 7% para setembro, esse panorama alterou-se radicalmente. Os depósitos em poupança, diante da perspectiva de um rendimento de 23,14% no trimestre (contra 19,14% no trimestre anterior), deram um salto no mês de julho e ameaçam tornar-se sérios concorrentes em rentabilidade com as letras de câmbio no futuro.

GOVERNO

O orçamento fiscal (União) é quase sempre superavitário. No entanto algumas despesas públicas, tais como o crédito subsidiado e o pagamento de juros e correção monetária sobre a dívida pública, estão vinculados ao orçamento monetário, pressionando a base monetária. Por isso, o Governo Federal pretende, em 1983, transferir para o Orçamento Monetário parcela maior da receita tributária para cobrir subsídios diretos e indiretos, conforme previsão do orçamento da União encaminhado ao Congresso Nacional. Desse modo, parece claro que os resultados positivos do Tesouro não revelam a verdadeira situação financeira do setor público como um todo. É sob esse ângulo que se deve visualizar o exame da execução financeira do Tesouro Nacional - receita e despesa da Administração Direta - que registrou um superávit acumulado de Cr\$ 110,00 bilhões de janeiro a julho de 1982.

Por um lado, a receita efetiva total da União cresceu

3,21%, em termos reais, nos primeiros sete meses de 1982 comparativamente a igual período de 1981. Já a receita tributária acusou uma queda real de 1,23% nesse período, devido ao declínio na arrecadação de vários impostos. Por outro lado, as despesas realizadas pela União registraram um decréscimo de 1,26% de janeiro a julho de 1982 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Volume X - Número 4 - Outubro/Dezembro 1982

PANORAMA GERAL

A economia do Rio Grande Sul apresentou, em 1982, um desempenho global de qualidade inferior ao alcançado no ano precedente. Com efeito, as projeções hoje disponíveis indicam que a economia gaúcha experimentou um decréscimo na sua renda real de cerca de 2,5%. Desse modo, quando se leva em conta que a taxa de crescimento da renda interna estadual atingiu 9,3% a.a. no período 1970-81, percebe-se que o aparato produtivo estadual foi fortemente subutilizado em 1982.

Os números atualmente disponíveis em suas estimativas preliminares para a renda interna industrial do Rio Grande do Sul mostram que a década de 70 ofereceu ao Setor Secundário gaúcho uma evolução absolutamente extraordinária. Mesmo os maus resultados do setor nos dois anos mais recentes não conseguiram baixar de 11,4% a.a. a taxa de crescimento da renda industrial no período 1970-82.

POLÍTICA ECONÔMICA

Da mesma forma que o efeito produzido quando uma pedra é atirada em um lago, as ondulações da recente crise econômica dos países centrais atingiram violentamente toda a periferia do sistema capitalista. Os acontecimentos registrados em 1982 apenas trouxeram à superfície uma série de contradições que se acumularam ao longo da década de 70, a maior parte delas ligadas à vertiginosa expansão do volume de moeda depositado nos bancos, causada por uma massa de recursos líquidos disponíveis e sem encontrar alternativa rentável para investimento em atividades produ-

tivas.

Consciente de que esse é o cenário onde se desenvolve a política econômica brasileira, a qual passou a ter um grau de autonomia interna relativamente pequeno pela crescente deterioração das condições de acesso às fontes de financiamento externo, optou-se por introduzir no item que abre o presente capítulo uma retrospectiva a respeito da crise do sistema financeiro internacional.

Todo esse quadro de dificuldade no transcorrer do ano projetou para 1983 perspectivas pouco otimistas. Os empréstimos tomados no exterior nas últimas semanas de dezembro, juntamente com os saques junto ao FMI para o fechamento das contas externas de 1982, deram origem às linhas mestras para a economia brasileira de 1983, sendo as principais: redução da taxa de inflação para 70%; a correção cambial, em 1983, ficará 1% ao mês acima da correção monetária; o limite de expansão do crédito, no primeiro trimestre de 1983, será de 10% para os bancos comerciais; prorrogação, por tempo indeterminado, da vigência do recolhimento de 45% sobre os depósitos à vista.

Dessa forma, parece que os problemas críticos por que passou a economia brasileira em 1982 voltarão a repetir-se em 1983. Esses problemas localizados fundamentalmente na órbita do emprego - devido à contração da produção industrial -, do balanço de pagamentos - devido ao excessivo endividamento - e do crescimento dos preços serão analisados nos demais itens deste capítulo.

AGRICULTURA

As taxas de crescimento da economia brasileira em 1981 e 1982 evidenciam que, para o primeiro ano, enquanto os demais setores produtores apresentaram sinais inequívocos de uma forte recessão econômica, a agricultura foi o único setor que apresentou um desempenho altamente satisfatório. Esse resultado, entretanto, não foi suficiente, pelo peso relativo que tem o setor, para romper o ciclo depressivo que se abateu sobre a economia brasileira. Além das dificuldades climáticas vividas em 1982, a persistência de um mau desempenho dos segmentos industriais mais dinâmicos da

economia, de cuja reativação depende o prolongamento ou não da crise, provocou a "exportação" desta última para os demais segmentos produtivos que ainda não apresentavam todas as características próprias da mesma e, em particular, para o setor agrícola.

Nesse sentido, o caráter recessivo da agricultura nacional e, particularmente, da gaúcha, durante 1982, foi assinalado pelos seguintes indicadores: generalizada deterioração nos preços recebidos; alto custo financeiro do crédito agrícola para comercialização e investimentos; condições climáticas desfavoráveis ao longo de todo o ano-safra; elevação dos preços dos insumos a índices superiores aos preços de comercialização; intensificação do desemprego da mão-de-obra rural.

A pecuária gaúcha apresentou, à semelhança da lavoura e de alguns setores produtivos industriais regionais, um desempenho altamente negativo em 1982, tendo sua renda alcançado uma taxa anual de crescimento estimada em, aproximadamente, -4% (vide Capítulo 2 deste trabalho). Essa taxa, provavelmente, é uma das mais baixas já apresentadas pela pecuária gaúcha nos últimos anos.

INDÚSTRIA

Tendo passado um ano da tempestade que se abateu sobre a Indústria de Transformação brasileira, as expectativas eram de que os ventos da bonança já houvessem começado a soprar. No entanto o ano de 1982 foi marcado por uma recuperação bastante moderada da produção, e o horizonte que se descortina para 1983 traz as cores de uma crise ainda mais profunda. Com a continuidade e intensificação da política econômica, que começou a se delinear no final de 1980, acelerou-se o ritmo de redução da atividade industrial e, portanto, da geração de emprego, decorrentes da violenta contração da demanda efetiva.

A nível de gêneros, verifica-se que poucos apresentaram resultados positivos. Ademais, os gêneros Mecânica, em sua maioria produtor de bens de capital; Produtos Alimentares; Bebidas; Fumo; Farmacêutica; e Perfumaria, Sabões e Velas, mais ligados à indústria de bens não duráveis de consumo, alcançaram em outubro índices inferiores aos

de janeiro, indicando que sua produção continua em declínio.

As recuperações mais significativas ficaram com os gêneros Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte, produtores de bens duráveis; Metalúrgica; Papel e Papelão; e Química, produtores de bens de consumo intermediários; além da Indústria Têxtil e Produtos de Matérias Plásticas, cujos produtos dividem-se principalmente entre os setores intermediários e não duráveis de consumo.

Cabe ainda ressaltar o comportamento da indústria automobilística por sua importância na dinâmica interindustrial. Esse gênero evidenciou uma certa recuperação em seu desempenho, pois contou com uma política um pouco mais favorável que a dos demais conforme já foi comentado. Além disso, vem-se voltando para um mercado consumidor cada vez mais restrito, uma vez que tende a lançar modelos mais sofisticados e de maior valor unitário, buscando manter as margens de lucro mesmo com a redução das unidades comercializadas.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A Indústria da Construção Civil apresenta como característica um comportamento bastante descontínuo no seu ritmo de atividades ao longo do tempo, indo de períodos de euforia no mercado a momentos fortemente restritivos.

O ano de 1982, já nos seus primeiros meses, não mostrou qualquer reversão na situação geral do setor, senão um agravamento dos problemas que já se evidenciavam anteriormente. Afinal, frente ao quadro recessivo da economia, dificilmente poderia a construção civil ultrapassá-los sem abalos. Ainda que, ao início do ano, o número de imóveis lançados nos mercados dos principais centros do país fosse alto, já se previa uma queda no desempenho da construção civil para um futuro próximo. Essa previsão consubstanciava-se no baixo número de obras que eram iniciadas no período.

A Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul apresentou, no decorrer de 1982, assim com a nível nacio-

nal, um processo de desaceleração de atividades, tanto no segmento imobiliário quanto no de obras de infra-estrutura e engenharia pesada.

COMÉRCIO INTERNO

A expectativa dos empresários do setor comercial no final de 1981 era de que o presente ano fosse menos austero para a atividade mercantil brasileira. Para um decréscimo de 1,9% do produto global em 1981, o comércio apresentou uma redução de 3,7%, sendo superada somente pelo desempenho industrial (-5,8%). Não é de causar espécie que a indústria e o comércio fossem os dois setores de comportamento menos expressivo, já que estão intimamente ligados: o primeiro, pela produção, o segundo pela circulação.

No que interessa mais especificamente à atividade comercial, salienta-se a liberação da taxa de juros e a conseqüente elevação nos custos financeiros, bem como uma correção monetária mais realista que incentivou a poupança e desestimulou o consumo.

Todavia as expectativas iniciais para 1982 não se confirmaram. Se o elevado nível de estoques diminuiu, outros fatores restritivos permaneceram, frustrando a reação desejada pelo comércio. Não poderia ser diferente a "performance" comercial, uma vez que as diretrizes gerais de política econômica se mantiveram em 1982. A restrição ao crédito e o elevado custo financeiro, devido à necessidade de o País captar recursos externos, oneraram o consumidor.

Ao se examinar o desempenho do comércio no Rio Grande do Sul, verifica-se um quadro tão severo quanto o nacional. As vendas acumuladas durante o ano apresentaram níveis inferiores a idêntico período do ano anterior (-2,95%), em que pese a melhora verificada a partir de julho. Pode-se inferir, dessa maneira, que a atividade comercial terá atingido até o final do ano um pequeno acréscimo comparativo ao ano de 1981.

COMÉRCIO EXTERNO

A economia brasileira, em 1982, continuou sob a forte dependência dos problemas enfrentados pelo balanço de pagamentos e, mais especificamente, pela volumosa dívida externa superior a US\$ 80 bilhões. Tal volume significa algo em torno de 25 a 30% do PIB do País e, em sua maioria, deve ser pago até 1985.

Por outro lado, as exportações de bens e serviços representavam, em 1980, algo em torno de 9% do PIB, de acordo com cálculos do "World Development Report 1982", elaborado pelo Banco Mundial. O relativamente baixo grau de abertura externa do Brasil não seria um problema sério, em si, se o resto da economia acompanhasse essa tendência. A questão, porém, é que, enquanto as exportações são baixas em relação ao PIB, as contas "movimento de capital" e "serviços" seguem uma tendência oposta e apresentam-se extremamente dependentes do exterior. Complementando, se a participação brasileira no comércio mundial é irrelevante - pouco mais de 1% -, o mesmo não acontece no que se refere às finanças internacionais, pois o Brasil responde por quase 20% do total da dívida externa de mais de 100 países subdesenvolvidos não-produtores de petróleo. E isso significa que, se o endividamento é elevado, o mecanismo para enfrentá-lo - as exportações - permaneça em níveis extremamente baixos. Tal fato agrava-se ainda mais quando se observa a queda nos preços dos produtos de exportação do Brasil que vem-se verificando nos últimos anos, o que torna mais difícil o problema.

Contrariamente ao ocorrido em 1981, quando ainda no primeiro trimestre do ano o Governo tomou medidas importantes visando a estimular as exportações, em 1982 não houve alterações substanciais nessas medidas. Durante quase todo o período manteve-se a política de exportações que já vinha sendo adotada desde o ano passado, apesar de aquelas terem apresentado um quadro bastante desfavorável em 1982. Diante da quase impossibilidade de se adotarem novos estímulos ao aumento das vendas externas, tendo em vista o caráter exógeno das mesmas, as autoridades

des ligadas à área optaram por estabelecer um controle maior sobre as importações, uma vez que essa variável é muito mais suscetível de ser administrada em função do seu caráter endógeno. Do lado das exportações, ficou decidido que haveria prêmio para quem contribuísse para elevar a receita cambial até o final do ano. Pelo lado das importações o quadro difere, pois todos os grupos apresentaram queda nas quantidades enquanto apenas as matérias-primas tiveram variação negativa em seus preços.

Acompanhando a tendência declinante verificada a nível nacional, as exportações do Rio Grande do Sul no período de janeiro a agosto de 1982, comparado com os primeiros oito meses de 1981, também apresentaram variações negativas, acusando uma queda nos valores exportados da ordem de 17,22%. Embora os resultados globais para o Estado possam ser considerados piores do que os do Brasil em termos de valor, deve-se levar em consideração que houve uma menor queda no preço de seus produtos de exportação.

O déficit comercial acumulado do Brasil de 1973 a 1981, que era de US\$ 15.872 milhões, se elevaria para US\$ 20.042 milhões, caso se excluísse a contribuição do Rio Grande do Sul, o qual sempre apresentou superávit em sua conta de comércio, com exceção do ano de 1974, tendência que provavelmente deverá ser mantida para 1982.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Certamente, de todos os setores econômicos, o único beneficiado pela atual política econômica do Governo é o financeiro. Isso se explica pelo papel essencial que os bancos representam, não só como intermediários na captação de capitais externos como também por serem os fornecedores do crédito interno. Não é por outro motivo que os bancos brasileiros são os mais rentáveis do mundo. Segundo levantamento realizado pela revista inglesa "The Banker", os três primeiros lugares, dentre as 500 instituições financeiras mais lucrativas do mundo, pertenciam a bancos brasileiros. Em boa parte dos bancos brasileiros, a taxa de lucro real aproximou-se da casa dos 50%, de modo que não pode causar surpresa a

sua invejável posição no "ranking" mundial.

GOVERNO

O quadro conjuntural no qual se apresentaram as finanças estaduais em 1982 não foi muito diferente daquele de anos anteriores, no qual as dificuldades financeiras do Estado se manifestaram de forma evidente. Isso significa que a debilidade das finanças estaduais não é fato recente.

Passando-se à análise das receitas e despesas da Administração Direta do Rio Grande do Sul, observa-se que ambas registraram um comportamento positivo, tendo a despesa crescido, em termos reais, 11,01% e a receita, 0,29% de janeiro a outubro de 1982 em comparação a igual período do ano anterior.

No que diz respeito ao total dos investimentos realizados pelo Setor Público Estadual, registrou-se um crescimento real de 24,50% até o terceiro trimestre de 1982 em comparação com igual período do ano anterior. Ressalte-se, contudo, que essa taxa pode mudar até o final do ano, uma vez que só foram realizados 64% dos investimentos previstos.

Volume XI - Número 1 - Janeiro/Março 1983

PANORAMA GERAL

O quadro adverso que vem sendo observado na economia brasileira nos últimos períodos agravou-se no primeiro trimestre de 1983. Os níveis de produção e emprego continuaram caindo, enquanto a inflação anual novamente superou a casa dos três dígitos e as dificuldades de rolar a dívida vêm-se tornando cada vez mais insuperáveis. Ao mesmo tempo, as políticas de austeridade monetária e creditícia, levadas a efeito pelas autoridades visando tanto a controlar a inflação como a promover o ajustamento do balanço de pagamentos, só têm agravado esse quadro recessivo. Dessa forma, a economia gaúcha vem seguindo a trilha da nacional, atrelada que está ao sistema econômico do País.

A análise de diversos setores da economia do Rio Grande do Sul mostrou que, no primeiro trimestre de 1983, o